

ATA NÚMERO 4

Sessão Ordinária de 27 de fevereiro de 2026

----- Aos vinte e sete dias do mês de fevereiro do ano de dois mil e vinte e seis, reuniu no Salão Nobre do edifício dos Paços do Concelho, a Assembleia Municipal de Amarante, em sessão ordinária, devidamente convocada, nos termos do n.º 1 do artigo 14.º do respetivo Regimento, para ter início às vinte horas, com a seguinte ordem do dia: -----

1. **Relatório de atividades e situação financeira do Município** – Para conhecimento. -----
2. **Mapa dos fluxos de caixa do exercício de 2025 e primeira alteração orçamental modificativa, por incorporação do saldo de gerência de 2025** – (Registo n.º 901/2026/01/29).-----
3. **Contrato interadministrativo de delegação de competências com as Freguesias** – Mandato 2025-2029 - (Registo n.º 1418/2026/02/13). -----
4. **Alteração do Regulamento do Plano Diretor Municipal de Amarante** - (Registo n.º 4764/2025/06/06). -----
5. **Plano de Urbanização da Cidade de Amarante** – (Registo n.º 4205/2025/05/22). -----
6. **Relatório anual de atividades da Comissão de Proteção de Crianças e Jovens de Amarante | 2025** – Registo n.º 2209/2026/02/02) - Para conhecimento. -----

----- O Senhor Presidente da Assembleia Municipal, Pedro Leonel Dias Marques da Cunha, assumiu a presidência da Mesa, sendo coadjuvado por Carlos Marques da Silva Macedo, como primeiro secretário, e Cláudia Daniela Mota Silva, como segunda secretária. -----

----- Feita a chamada, verificou-se que estavam presentes os/as seguintes membros: -----

----- Pedro Leonel Dias Marques da Cunha, Fernando Fernandes de Sampaio, António Ferreira Soares Araújo, Cândido Augusto Pires Zoio, Eugénia Margarida Pinto Soares Vieira, Filipe Emanuel de Sousa Macedo, Miguel Ângelo Teixeira Coelho (em substituição de Sara Luísa Magalhães Maia), Vítor Manuel Briga Rei, Raimundo de Magalhães Carvalho, Ana Isabel Pereira Ferreira, Fábio da Silva Vasques Pacheco, Paulo Alexandre Fonseca Pinto de Vasconcelos, João Manuel Alves Pinheiro, Amélia

Maria Gomes de Oliveira, Sandra Castro Fraga, Cláudia Daniela Mota Silva, Hugo Jorge Carvalho Peixoto, Daniel António Teixeira Pinheiro (em substituição de Carlos Alberto Freitas Miranda), Tiago André da Silva Rodrigues, Pedro Manuel Pinto Ribeiro, Cláudia Sofia Pereira Monterroso, Scheila Ribeiro Cavallaro, Carlos Marques da Silva Macedo, Miguel André Carvalho Varejão, João Carlos dos Santos Leite (em substituição de Alberto Joaquim Alves Ribeiro) e Lúcia Filipa Teixeira Brás. -----

-----Presidentes de Junta de Freguesia, ou seus/suas representantes: Ansiães – Carlos Manuel Gonçalves Carvalho; Candemil – Ana Sofia Marinho Briga; Fregim – André Moura Macedo; Fridão – Nuno Alexandrino Andrade Marinho; Gondar – Álvaro Oliveira Pereira; Gouveia (São Simão) – Joaquim de Oliveira; Jazente – Daniela Conceição Teixeira Ribeiro; Lomba – José Filipe de Jesus Carvalho; Louredo – António Jorge Barbosa Torres; Lufrei – António Alexandrino Ferreira de Magalhães; Mancelos – Ricardo Samuel Teixeira Alves; Padronelo – Luís Ribeiro Silva; Rebordelo – Sandra Patrícia Nogueira Costa; Salvador do Monte – Pedro Davide Leite Fernandes; Telões – Ivone Sofia Pinto Ribeiro; Travanca – Fernando José Teixeira da Cunha; Vila Caiz – José António Pereira Ferreira; Vila Chã do Marão – Rui Filipe Silva Coelho; Vila Meã – Henrique Manuel Ribeiro de Sousa; União das Freguesias de Aboadela, Sanche e Várzea – Lúcia Sofia Teixeira Ribeiro; União das Freguesias de Amarante (São Gonçalo), Madalena, Cepelos e Gatão - Carlos Gonçalo Teixeira Pereira; União das Freguesias de Bustelo, Carneiro e Carvalho de Rei – Dália Cristina Magalhães Oliveira (em substituição de Jorge Manuel da Silva Gomes); União das Freguesias de Figueiró (Santiago e Santa Cristina) – António Samuel Silva Cardoso; União das Freguesias de Freixo de Cima e de Baixo – Hélder Joaquim Pires Carvalho; União das Freguesias de Olo e Canadelo – Francisco José da Costa Gomes Leite; e União das Freguesias de Vila Garcia, Aboim e Chapa – Manuel Rodrigo Coelho da Silveira. -----

-----Pediram a substituição ou justificaram a respetiva falta, os/as senhores/as deputados/as: Sara Luísa Magalhães Maia (substituído por Miguel Ângelo Teixeira Coelho), Carlos Alberto Freitas Miranda (substituído por Daniel António Teixeira Pinheiro), Alberto Joaquim Alves Ribeiro (substituído por João Carlos dos Santos Leite), José Mário de Miranda Pinto; e os senhores presidentes das juntas de freguesia: União das Freguesias de Bustelo, Carneiro e Carvalho de Rei – Jorge Manuel da Silva Gomes (substituído por Dália Cristina Magalhães Oliveira). -----

-----A Câmara Municipal fez-se representar pelo Senhor Presidente Câmara Municipal, António Jorge Vieira Ricardo, e pelos/as senhores/as vereadores/as: Américo Paulo da Silva Ribeiro, Eugénia Fernanda Moreira Teixeira, Ricardo Daniel

Pinto Soares Vieira, Anabela Carvalho Borges de Sousa Lopes, Fernando José de Moura e Silva e Lino Manuel dos Santos Macedo.-----

-----Seguidamente, após verificação do quórum, pelas vinte horas e trinta minutos, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal declarou aberta a sessão. ---

-----De imediato, procedeu-se ao ato de tomada de posse do senhor deputado João Carlos dos Santos Leite. -----

----- **PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA**-----

-----Nos termos do disposto na alínea a), n.º 2, do artigo 17.º do Regimento, procedeu-se à apreciação e votação das atas n.º 2, de 27 de dezembro de 2025, e da ata n.º 3, de 12 de janeiro de 2026, tendo o Senhor Presidente da Assembleia Municipal pedido dispensa da sua leitura em voz alta, uma vez que as mesmas foram previamente disponibilizadas na plataforma informática. Não havendo inscrições para usar da palavra, procedeu-se à votação das atas, tendo as mesmas sido aprovadas por unanimidade: -----

-----Não participaram na votação da ata n.º 2, de 27.12.2025, por terem estado ausentes da respetiva sessão, os/as senhores/as membros: António Ferreira Soares Araújo, Vítor Manuel Briga Rei, Miguel André Carvalho Varejão, João Carlos dos Santos Leite; e os/as senhores/as presidentes ou representantes das juntas de freguesia: Rui Filipe Silva Coelho - Vila Chã do Marão; Carlos Gonçalo Teixeira Pereira - União das Freguesias de Amarante (São Gonçalo), Madalena, Cepelos e Gatão; e Dália Cristina Magalhães Oliveira - União das Freguesias de Bustelo, Carneiro e Carvalho de Rei. -----

-----Não participaram na votação da ata n.º 3, de 12.01.2026, por terem estado ausentes da respetiva reunião, os/as senhores/as deputados/as: Miguel Ângelo Teixeira Coelho, Daniel António Teixeira Pinheiro, João Carlos dos Santos Leite; e a representante da Junta da União das Freguesias de Bustelo, Carneiro e Carvalho de Rei - Dália Cristina Magalhães Oliveira.-----

-----De seguida, deu conhecimento da correspondência recebida mais relevante, desde a última sessão ordinária de 27.12.2025, de acordo com a alínea b), n.º 2, do artigo 17.º do Regimento, destacando um ofício da IGAMAOT - Inspeção-Geral da Agricultura, do Mar, do Ambiente e do Ordenamento do Território a informar do início de uma ação de inspeção e uma comunicação do Departamento de Administração Geral da Câmara Municipal de Amarante a dar nota do envio do pedido de parecer à CCDR-N, na sequência do requerido pelo Grupo Municipal do PS, no âmbito da aprovação do Regimento, na sessão ordinária de 27.12.2025. -----

-----Seguidamente, nos termos da alínea c), n.º 2, do artigo 17.º do Regimento, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal deu conhecimento da entrada na Mesa de um voto de pesar, subscrito por todos os Grupos Municipais e Grupo de Cidadãos Eleitores “Juntos Por Ansiães”, do seguinte teor: -----

----- “Voto de Pesar -----

----- Pelas vítimas da depressão Kristin -----

-----Na madrugada passada do dia 28 de janeiro de 2026, a passagem da depressão Kristin pelo território nacional provocou um rasto de destruição, com fortes ventos, chuvas intensas, quedas de árvores, estruturas e telhados que se seguiram, inundações, estradas interditadas e cortes de energia que afetaram milhares de famílias. -----

-----Além de ocorrências em todo o país, que demorarão anos a recuperar, a intempérie provocou de forma direta ou indireta, várias vítimas mortais.-----

-----A Assembleia Municipal de Amarante, reunida no dia 27 de fevereiro de 2026, manifesta profundo pesar pelas vítimas mortais desta ocorrência endereçando as mais sentidas condolências às suas famílias, cumprindo um minuto de silêncio, em homenagem às vítimas. -----

-----Deseja ainda, uma pronta recuperação dos feridos e a todas as pessoas afetadas, prestando ainda um tributo à atuação das equipas de emergência, da proteção civil, dos bombeiros e as forças de segurança, assim como as autarquias que, em condições adversas e urgentes, garantiram auxílio às comunidades afetadas. -----

-----Amarante, 27 de fevereiro de 2026.-----

----- Grupo Municipal do PSD, -----

----- Grupo Municipal do PS, -----

----- Grupo Municipal do CDS/PP, -----

----- Grupo Municipal do Chega, -----

-----Membro independente – Presidente da Junta de Freguesia de Ansiães” -----

-----Seguidamente, foi submetido à votação o voto de pesar, tendo o mesmo sido aprovado por unanimidade. Estavam presentes sala 52 membros dos 53 que compõem a Assembleia Municipal.-----

-----Após a votação, foi cumprido um minuto de silêncio. -----

-----**O Senhor Presidente da Assembleia Municipal, Pedro Cunha, proferiu a seguinte intervenção:** -----

-----“Neste momento, queria dizer duas coisas que considero importantes. -----

-----Em primeiro lugar, todos os pontos da ordem do dia de hoje, são enquadrados na grelha B. -----

-----Em segundo, reitero o pedido aos membros desta Assembleia, quando querem pedir substituições, que o façam em tempo útil e não o façam, como tem acontecido, no próprio dia da respetiva sessão. -----

-----Isso traz alguns transtornos, porque é necessário convocar os suplentes e torna-se um pouco contra a norma legal, de enviar a ordem do dia com dois dias úteis de antecedência. -----

-----Por isso, as pessoas quando pensarem em pedir substituição devem-no fazer, pelo menos, com dois ou três dias de antecedência para ser possível contactar o substituto e informá-lo com a devida antecedência.”-----

-----De seguida, deu-se início ao período para tratamento de assuntos de interesse geral do Município (n.º 3, artigo 17.º do Regimento). -----

-----Inscreveram-se para usar da palavra: -----

-----**O Senhor deputado Fernando Sampaio, do Grupo Municipal do PS, proferiu a seguinte intervenção:**-----

-----“Os deputados municipais eleitos pelo PS abstiveram-se, fundamentando devidamente o seu voto, na votação das Opções do Plano e Orçamento Municipal para 2026.-----

-----Enquanto defensores de opções estratégicas diferentes para o desenvolvimento de Amarante e o bem-estar dos amarantinos, apresentadas pelo partido a sufrágio eleitoral, não restava aos eleitos, em nome da responsabilidade assumida e da seriedade política, outra opção, ainda que reconhecendo a adequação técnica do documento e a sua legitimidade política. -----

-----A esta suficiente razão, pode e deve acrescentar-se uma verdade incómoda, mas amplamente comprovada e reconhecida, particularmente válida quando se trata da discussão de documentos tão extensos e complexos como é o caso das Grandes Opções do Plano e Orçamento. Não há, nestes casos, nenhuma avaliação crítica, digna desse nome, a preceder a sua votação, de resto impossível de realizar no curto espaço de tempo disponibilizado aos membros das Assembleias Municipais para esse efeito.-- -----

-----Entre muitas outras críticas ao funcionamento do poder autárquico, e particularmente à menorização do papel das Assembleias Municipais, na sua moção de estratégia para o horizonte 2029, aprovada no congresso realizado em dezembro passado, em Lamego, a Associação Nacional de Assembleias Municipais (ANAM)

vincou a necessidade deste Órgão deixar de ser notário das decisões dos executivos, sublinhando que as Assembleias Municipais não podem mais continuar sujeitas à responsabilidade de analisar documentos complexos, com milhares de páginas, em poucas dezenas de horas. -----

-----Não temos de nos conformar com esta situação, como se de uma inevitabilidade se tratasse. Tanto mais que, em nome da qualidade da democracia e da transparência da ação municipal, a elaboração e aprovação de documentos estruturantes, como é o caso das Opções do Plano e Orçamento, carecem de uma efetiva e alargada participação de todas as forças políticas, democraticamente escolhidas pelos eleitores para os representar, devendo, necessariamente, merecer, da parte do órgão que assume a responsabilidade de os aprovar ou rejeitar, um escrutínio sério e responsável. -----

----- Senhor Presidente da Câmara, Senhoras e Senhores Vereadores, esta minha intervenção não se destina a pedir explicações, criticar ou a fazer qualquer juízo de valor sobre a ação até aqui desenvolvida pela Câmara Municipal nesta matéria. -----

-----Intervenho para fazer uma proposta, ou, se assim o quiserem entender, lançar, construtivamente, um desafio ao executivo municipal e a esta assembleia: que comecemos desde já, em conjunto, a elaborar as Grandes Opções do Plano e o Orçamento para 2027, cabendo à Câmara Municipal fornecer informação e participar nos trabalhos de uma comissão interpartidária a constituir nesta Assembleia para o efeito.-- -----

-----As vantagens deste procedimento parecem óbvias. Não pondo em causa as respetivas competências dos órgãos municipais, acrescentará, expetavelmente, qualidade e consenso ao seu exercício.-----

----- Merecendo a concordância da Câmara Municipal e desta Assembleia, esta comissão seria criada na nossa próxima sessão, a realizar, suponho, em abril, mediante indicação prévia à conferência de representantes, pelos respetivos grupos municipais, dos seus elementos constituintes, começando de imediato os seus trabalhos."-----

----- **A Senhora deputada Amélia Oliveira, do Grupo Político Municipal do PSD, proferiu a seguinte intervenção:** -----

-----"Portugal foi atingido, e fustigado, por um forte temporal (uma sequência de tempestades atlânticas — parte do chamado "comboio de tempestades" – Kristin, Leonardo e Marta), caracterizado por chuvas intensas persistentes, ventos extremos e forte agitação marítima. Os impactos mais severos ocorreram nas regiões Norte e

Centro, onde foram registadas: inundações, deslizamentos de terras, queda de árvores, casas, fábricas e equipamentos públicos completamente destruídos, famílias inteiras desalojadas, infraestruturas viárias destruídas, condicionados ou interrompidos, corte no fornecimento de energia elétrica e comunicações. -----

----- Enfim, um estado de calamidade, tal como veio a ser decretado pelo governo e que todos nós conhecemos. -----

----- Senhor Presidente, sendo Amarante propensa a inundações da zona ribeirinha, e tendo sido, também, afetada por estas tempestades pergunto: -----

----- - Houve alerta de risco de grave inundação? -----

----- - Quais os pontos mais críticos e como é que foi feita a sua monitorização? -----

----- - Pode esclarecer qual a articulação com a Proteção Civil, APA, forças de segurança, serviços municipais e corporações de bombeiros? -----

----- - Houve informação contínua e clara à população ribeirinha sobre medidas de autoproteção. - Quais os danos mais graves que ocorreram no nosso território? -

----- A depressão Kristin atingiu Leiria de forma avassaladora. O Município fez um apelo aos amarantinos, levando a cabo ações de recolha de donativos de bens essenciais e materiais de construção. Como foi a resposta por parte da população?"

----- **O Senhor deputado Cândido Zoio, do Grupo Político Municipal do PS, proferiu a seguinte intervenção:** -----

----- "Quero começar esta intervenção com uma palavra clara e inequívoca de reconhecimento e agradecimento público. -----

----- O nosso concelho, à semelhança de grande parte do país, foi recentemente afetado por uma sucessão de fenómenos meteorológicos adversos, designadamente pelas tempestades Ingrid, Joseph, Kristin, Leonardo e Marta, que trouxeram chuva intensa, vento forte e situações de risco significativo para pessoas, bens e infraestruturas. -----

----- Perante este contexto exigente, é de inteira justiça sublinhar o bom trabalho desenvolvido pela APA, pelas Juntas de Freguesia, pelos Bombeiros, pela Proteção Civil e pelos serviços da Câmara Municipal de Amarante. -----

----- A capacidade de resposta, a articulação no terreno e o sentido de missão demonstrados foram fundamentais para minimizar danos, prevenir situações mais graves e dar segurança às populações em momentos particularmente difíceis. -----

----- Este esforço coletivo merece ser reconhecido por todos nós, independentemente das nossas diferenças políticas. -----

-----Dito isto, importa agora olhar com responsabilidade para a fase seguinte, que é tão ou mais importante do que a resposta à emergência.-----

-----As tempestades deixaram consequências bem visíveis no território: vias municipais danificadas, taludes instáveis, acessos condicionados e situações que continuam a representar risco para a segurança das pessoas. Há locais onde a normalidade ainda não foi plenamente reposta e onde subsistem preocupações legítimas das populações.-----

-----Por isso, enquanto partido de oposição, queremos apelar à Câmara Municipal para que haja celeridade na execução das obras necessárias, nomeadamente:-----

- na reparação das vias afetadas,-----
- na estabilização e consolidação de taludes,-----
- e na reposição integral das condições de segurança e mobilidade.-----

-----Estas intervenções não são adiáveis. Não se trata de uma opção política, mas de uma obrigação de proteção civil, de prevenção de riscos e de responsabilidade para com a população. As pessoas precisam de sentir que, depois da fase de emergência, existe uma resposta eficaz, planeada e executada em tempo útil.-----

-----Reconhecer o trabalho bem feito não nos impede - antes nos obriga - a exigir rapidez, planeamento e execução naquilo que ainda falta fazer. É isso que os amarantinos esperam de todos os eleitos.-----

-----Da nossa parte, haverá sempre sentido institucional, responsabilidade e total disponibilidade para colaborar em tudo o que seja do interesse do concelho e da segurança das nossas populações.-----

-----Um outro assunto que trago hoje a esta Assembleia, uma situação que considero grave, ilegal e completamente inaceitável, envolvendo a atuação das Águas do Norte, concessionária do serviço público de abastecimento de água no nosso concelho.-----

-----Soubemos que, nas últimas semanas, vários munícipes têm sido alvo de comunicações enviadas diretamente pela concessionária, exigindo que procedam à ligação à rede pública de água, sob ameaça de que, caso não o façam, será a Câmara Municipal a aplicar a respetiva multa.-----

-----Senhor Presidente, esta prática não tem base legal e constitui uma verdadeira usurpação de competências que pertencem exclusivamente ao município. As Águas do Norte são, e importa sublinhar isto com clareza, apenas uma entidade prestadora de um serviço concessionado.-----

-----Não são autoridade administrativa, não têm poderes para determinar infrações e não têm poderes para ameaçar os munícipes com multas municipais. E, muito menos, podem falar em nome da Câmara Municipal.-----

-----Perante isto, é necessário afirmar com toda a frontalidade:-----

-----A concessionária está a emitir comunicações com aparência de autoridade, sem possuir qualquer legitimidade para tal.-----

-----Isto coloca os cidadãos numa posição de medo, dúvida e pressão indevida, e cria uma perceção de que o município está por detrás destas notificações, o que não é verdade.-----

-----É por isso que esta situação exige, da parte do Senhor Presidente da Câmara, uma intervenção urgente, firme e inequívoca.-----

-----Por isso, o Senhor Presidente da Câmara deve contactar de imediato a administração das Águas do Norte, manifestando formalmente o repúdio do Município por estas práticas abusivas e exigindo a sua suspensão imediata.-----

-----Esclarecer publicamente os munícipes, informando que:-----

- o estas notificações não têm força legal;-----
- o nenhuma multa municipal será aplicada com base em comunicações emitidas pela concessionária;-----
- o quaisquer obrigações legais serão sempre comunicadas diretamente pela Câmara Municipal e dentro dos limites da lei.-----

-----Reforçar a supervisão municipal sobre a atuação da concessionária, garantindo que este tipo de comportamento não volta a repetir-se.-----

-----Senhor Presidente, é papel do Município proteger os seus cidadãos, assegurar o respeito pela lei e impedir que uma entidade externa atue como se fosse autoridade pública. O silêncio, aqui, seria cumplicidade.-----

-----A ação é um dever. Peço, por isso, que esta Assembleia seja informada, com carácter de urgência, das medidas que a Câmara pretende adotar para resolver este problema e defender os direitos dos nossos munícipes.”-----

-----**O Senhor deputado António Araújo, do Grupo Político Municipal do PSD, proferiu a seguinte intervenção:**-----

-----“Infelizmente, não pude estar presente na sessão de dezembro e, por isso, queria começar por desejar a todos um excelente mandato, com elevação e respeito na discussão dos assuntos pertinentes e relevantes para a nossa terra.-----

-----Da minha parte, procuro sempre fazê-lo. Já me conhecem e sabem que nunca misturo os aspetos políticos com os aspetos pessoais. Mesmo que, por vezes,

possa parecer que estou a atacar politicamente alguém, isso faz parte do debate democrático. Nunca é a nível pessoal, até porque a maior parte das pessoas que aqui estão são minhas amigas. -----

----- Muito francamente, não estava a pensar vir aqui falar. Mas senti que devia fazê-lo porque, compreendendo a boa intenção do senhor deputado Fernando Sampaio — e reconheço que ela existe — permita-me que lhe diga, com toda a frontalidade: aquilo que aqui foi proposto é um perfeito absurdo. -----

----- Na verdade, trata-se de uma subversão completa das competências da Câmara Municipal de Amarante. -----

----- Se a Câmara Municipal entendesse, eventualmente, solicitar o apoio ou contributo da Assembleia Municipal, naturalmente que o poderia fazer. Mas a elaboração do orçamento é uma competência exclusiva da Câmara Municipal. À Assembleia Municipal compete discutir, apreciar e aprovar o orçamento, mas fazê-lo a posteriori. -----

----- A elaboração do orçamento é da responsabilidade da Câmara, até porque exige a articulação de vários fatores, como o *timing* dos projetos, os respetivos financiamentos e outros aspetos técnicos que nem sempre são compatíveis com diferentes iniciativas ou processos. -----

----- Eu também já estive na oposição, e sei bem que, por vezes, não é fácil analisar documentos extensos e tecnicamente complexos. Já passei por isso. Mas, na altura, fazíamos aquilo que a política exige: preparávamo-nos. -----

----- Os vereadores da oposição — e eu fui um deles — reuniam-se sempre que os membros da Assembleia tinham dúvidas relativamente ao orçamento, uma vez que este nos era disponibilizado alguns dias antes. Aliás, muitas vezes o orçamento era objeto de discussão política prévia com os membros da oposição, e imagino que isso continue a acontecer hoje. -----

----- Na altura, organizávamos reuniões políticas para analisar o documento, coordenar posições e preparar devidamente a nossa intervenção na Assembleia. Ou seja, fazíamos esse trabalho de preparação previamente, e não apenas dentro do prazo legal. -----

----- Aliás, se existe um prazo legal para a apresentação dos documentos da ordem do dia, é porque o legislador entendeu que esse prazo é suficiente para a sua análise. E mesmo assim, quando entendíamos que era necessário conhecer os documentos com mais antecedência - quinze ou vinte dias antes - bastava solicitá-los à Câmara Municipal para os disponibilizar. -----

----- Por isso, criar agora uma comissão da Assembleia para preparar o orçamento com a Câmara é algo que, sinceramente, nunca vi. É algo completamente inédito. --

----- A intenção pode até ser boa e, para nós, membros da Assembleia, até poderia dar uma sensação de maior relevância institucional. Mas, com toda a franqueza, senhor deputado, isso não faz sentido do ponto de vista político nem institucional.-----

----- Queria também dizer ao senhor deputado Cândido Zoio, relativamente às notificações da Águas do Norte, que esse assunto já foi aqui referido nesta Assembleia pelo senhor deputado Daniel Pinheiro, que, na altura, era presidente da Junta da União das Freguesias de Figueiró (Santiago e Santa Cristina). -----

----- De facto, essas notificações, no meu entender, levantam algumas dúvidas e, em muitos casos, não fazem grande sentido. -----

----- No entanto, importa dizer que existe uma base legal para algumas dessas situações. Não tenho a certeza se compete diretamente à empresa Águas do Norte fazer essa notificação, mas existe enquadramento legal - penso que através de uma portaria - que estabelece que os municípios devem ligar-se à rede pública de abastecimento de água, sobretudo por razões de segurança e de qualidade da água.

----- Agora, se estamos a falar do saneamento, confesso que não sei se existe base legal. No caso da água, sei que existe, também por força do protocolo assinado em julho de 2013. -----

----- Recordo que esse protocolo estabelece - e isto é algo que convém confirmar - que, em determinadas situações, cabe ao Município a responsabilidade de aplicar as respetivas coimas. -----

----- Tenho quase a certeza de que o protocolo assim o determina e, devo dizer com toda a franqueza, que pessoalmente também nunca concordei com esse modelo."-----

----- **O Senhor deputado Fernando Sampaio, do Grupo Político Municipal do PS, proferiu a seguinte intervenção:** -----

----- "Eu queria dizer o seguinte ao senhor deputado António Araújo: é inédito? Ainda bem. Porque nós, de facto, estamos a precisar de atitudes novas. -----

----- Chegámos até aqui com práticas habituais que, de facto, não são inéditas — são de rotina. E, se continuarmos presos à rotina, continuaremos a ter exatamente os mesmos resultados. -----

-----Aquilo de que precisamos é começar a trilhar caminhos de consenso. E não há absolutamente nenhum absurdo em trabalhar em conjunto em instrumentos com esta importância - pelo contrário.-----

-----A lei é clara: atribui à Câmara Municipal a competência de elaborar o orçamento e à Assembleia Municipal a competência de o aprovar. Ou seja, a Câmara tem a obrigação de elaborar o documento, enquanto a Assembleia tem a responsabilidade de o aprovar ou rejeitar. -----

-----Aquilo que está aqui a ser proposto é algo muito simples: oferecer à Câmara Municipal o nosso apoio na elaboração destes documentos estruturantes da ação municipal, documentos cuja importância todos reconhecemos.-----

-----Aliás, estou convicto de que o próprio documento sairia beneficiado com uma participação mais alargada e com a possibilidade de recolher mais contributos e mais informação. A qualidade do documento sairia necessariamente reforçada e, ao mesmo tempo, estaríamos também a facilitar o processo da sua aprovação final nesta Assembleia. -----

-----Importa dizer com toda a clareza que isto não altera em nada aquilo que a lei estabelece. Continua a competir à Câmara Municipal a elaboração do documento e a sua aprovação em reunião de Câmara, seguindo depois todos os trâmites legais até à sua apresentação a esta Assembleia para votação.” -----

-----**O Senhor deputado Cândido Zoio, do Grupo Político Municipal do PS, proferiu a seguinte intervenção:**-----

-----“Pretendo clarificar e deixar registada em ata a questão do saneamento. ---

-----Em primeiro lugar, importa referir que, nos contactos que a Águas do Norte tem estabelecido com os municípios, tem sido transmitida a ideia de que a Câmara Municipal poderá aplicar multas. Ou seja, na prática, a entidade está a usurpar uma competência da Câmara Municipal. -----

-----Além disso, está a ser utilizado o nome da Câmara Municipal nesses contactos, o que é particularmente relevante. Há situações em que municípios com poucos recursos, que já suportam encargos mensais de 300 a 400€ de renda, estão a ser pressionados a instalar sistemas de bombagem das suas fossas para a rede de saneamento, quando esta se encontra a uma cota mais elevada. -----

-----Esta situação acaba por constituir uma forma de pressão indevida sobre as pessoas. Na minha opinião, poderá mesmo configurar uma situação de ilegalidade. A título de exemplo, eu próprio não posso abordar alguém que tenha o carro indevidamente estacionado, e ameaçar que a Câmara lhe irá aplicar uma multa. Não

posso falar em nome da Câmara Municipal. No entanto, é isso que está a acontecer, na medida em que a Águas do Norte está, claramente, a falar em nome da Câmara Municipal.”-----

----- **O Senhor deputado Vítor Briga Rei, do Grupo Político Municipal do PSD, proferiu a seguinte intervenção:** -----

----- “Relativamente à participação na elaboração do orçamento, penso que é justo reconhecer que a Câmara Municipal tem vindo a incluir os senhores vereadores da oposição e os senhores presidentes de junta nesse processo. Esse é um aspeto positivo que importa assinalar. Também devemos ter presente que um excesso de burocracia pode tornar mais difícil e menos eficiente a preparação do documento. --

----- Quero igualmente realçar e parabenizar a Câmara Municipal pelo reforço dos apoios financeiros concedidos às associações do concelho, recentemente formalizado através da celebração de protocolos. Trata-se de um aumento significativo dos apoios, que representa um esforço acrescido do orçamento municipal e que demonstra a importância do associativismo na vida do concelho. -----

----- Por fim, gostaria de destacar o protocolo celebrado com a Fundação Calouste Gulbenkian, no âmbito do programa «Gulbenkian Aprender», que visa combater a desigualdade e promover o sucesso escolar das crianças e jovens. -----

----- O Município de Amarante associou-se a esta iniciativa, que abrange a região do Tâmega e Sousa. O facto de esta região ter sido escolhida, também deve ser visto como uma mais-valia para apoiar as crianças mais carenciadas e proporcionar-lhes mais oportunidades. -----

----- Embora, numa fase inicial, o número de crianças abrangidas seja reduzido, trata-se de um programa com grande relevância social e com enorme potencial de crescimento. -----

----- Por isso, deixo uma palavra de reconhecimento à Fundação Calouste Gulbenkian e ao Município de Amarante por se terem associado a esta iniciativa, desejando que o programa possa, no futuro, abranger cada vez mais crianças e jovens.” -----

----- **O Senhor deputado António Araújo, do Grupo Político Municipal do PSD, proferiu a seguinte intervenção:** -----

----- “O senhor deputado Vítor Rei referiu um ponto importante: o orçamento é preparado com a participação dos senhores presidentes de junta e dos senhores vereadores da oposição. Nesse sentido, a proposta aqui discutida acaba, de certa

forma, por passar um verdadeiro atestado de incompetência às próprias pessoas que também participam na sua elaboração. -----

-----Quero também aproveitar para defender a honra e o funcionamento da Assembleia Municipal. -----

-----Esta Assembleia existe e funciona há muitos anos, desde a implantação da democracia, e, tanto quanto me recordo, sempre funcionou bem em Amarante. Não necessita de soluções inéditas nem de invenções que, além do mais, não cumprem a lei e acabam por subverter as competências próprias de cada órgão. -----

-----A Assembleia Municipal deve continuar a fazer bem, com eficácia e responsabilidade, aquilo que são as suas competências próprias. -----

-----Criar mecanismos para assumir funções que não lhe cabem, não me parece que contribua para melhorar o funcionamento institucional. Até porque todos sabemos - infelizmente - que, muitas vezes, as comissões nas assembleias municipais nem sempre têm o funcionamento mais eficaz." -----

-----**O Senhor deputado Fernando Sampaio, do Grupo Político Municipal do PS, proferiu a seguinte intervenção:** -----

-----"Parte daquilo que eu referi na minha intervenção, retirei da moção que foi aprovada pela ANAM, em que se queixava da menorização da ação das assembleias municipais. E que dizia que, de facto, era preciso outro nível de intervenção. -----

-----De forma alguma eu fiz alguma intervenção no sentido de ser necessário defender a honra da Assembleia. De resto, em relação à falta de tempo para apreciar os documentos - eu não pus aspas, também não valia a pena, porque não se veem aqui, no meu no meu documento -, mas é com aspas aquilo que eu disse em relação à falta de tempo para apreciar documentos." -----

-----**O Senhor deputado António Araújo, do Grupo Político Municipal do PSD, proferiu a seguinte intervenção:** -----

-----"Eu não me sinto menor por ser membro desta Assembleia, de maneira nenhuma. -----

-----A força e a relevância desta Assembleia medem-se pela nossa capacidade, pela nossa competência e pela nossa dedicação no exercício das funções que nos cabem. É isso que verdadeiramente valoriza este órgão. -----

-----Não é pela criação de mais comissões, nem pela solicitação de pareceres a entidades externas, que essa relevância se afirma. Afirma-se, acima de tudo, pelo trabalho, pelo sentido de responsabilidade e pela qualidade das intervenções de quem aqui exerce funções. -----

----- Por isso, quem exerce o seu mandato com competência, dedicação e sentido de responsabilidade nunca será menor. -----

----- É assim que se dignifica esta Assembleia.” -----

----- **O Senhor deputado Fernando Sampaio, do Grupo Político Municipal do PS, proferiu a seguinte intervenção:** -----

----- “Eu nunca afirmei que esta Assembleia estivesse a ser minorizada. O que referi foi a ANAM — ao destacar a minorização das assembleias municipais perante os órgãos executivos. -----

----- O meu objetivo, com este contributo, é promover uma atuação mais pró-ativa das assembleias municipais. Não se trata de competir ou de confrontar o executivo - como, aliás, penso que ficou claro -, mas sim de colaborar, ajudando a fortalecer o trabalho em prol da nossa terra. -----

----- Creio que todos partilhamos o mesmo objetivo: lutar pelo desenvolvimento e engrandecimento do nosso concelho. E é nesse sentido que considero que as assembleias municipais podem desempenhar um papel ainda mais relevante. Esta é também a leitura da própria ANAM.” -----

----- **A Senhora deputada Ana Ferreira, do Grupo Político Municipal do PSD, proferiu a seguinte intervenção:** -----

----- “Vou ler textualmente porque considero que deve ser aqui referido, como exemplo de uma boa aposta deste município que foi finalmente reconhecida: -----

----- A unidade de produção da Fischer Connectors (Conextivity Group), localizada em Amarante, foi distinguida nos prestigiados Investment Impact Awards 2026, da FDi Intelligence (grupo Financial Times). -----

----- Entre centenas de candidaturas de toda a Europa, apenas 51 projetos foram selecionados pela sua capacidade de gerar impacto económico, social e tecnológico real, e Amarante assegura o seu lugar no Top 10 da categoria de projetos operacionais de pequena dimensão com maior potencial transformador. Esta distinção internacional é o reflexo de: -----

----- - Inovação e Tecnologia: Uma fábrica que produz conectores de alta tecnologia exportados para todo o mundo. -----

----- - Criação de Valor: Um investimento superior a 15M€ que já emprega cerca de 140 profissionais altamente qualificados. -----

----- - Estratégia Local: A confirmação de que estamos no caminho certo para atrair indústrias modernas que valorizam o talento e a qualidade de vida do nosso concelho. -----

-----Este prémio demonstra que Amarante não é apenas um destino de investimento, mas um parceiro estratégico capaz de competir ao mais alto nível europeu. Parabéns à Fischer Connectors pela visão e à AICEP Portugal Global pelo apoio na concretização deste projeto de sucesso. -----

-----Creio que todos nós devemos estar orgulhosos deste reconhecimento.”-----

-----**O Senhor Presidente da Câmara Municipal, Jorge Ricardo, proferiu a seguinte intervenção:**-----

-----“Começando por responder à questão levantada pelo Senhor deputado Fernando Sampaio, relativamente à maior atividade, participação e intervenção das Assembleias Municipais, creio que o problema é ainda mais profundo e já vem sendo discutido há muito tempo. Diria mesmo que, em grande medida, os maiores responsáveis são o PS e o PSD, que ao longo dos anos nunca conseguiram chegar a acordo para uma revisão da lei eleitoral — um passo que, na verdade, nunca foi dado.

-----Há muito que se fala em executivos monocores, em Assembleias Municipais com poderes mais alargados e mais interventivas. Essa é uma discussão antiga e que, a meu ver, continua por resolver. -----

-----Relativamente àquilo que aqui é proposto, naturalmente a Assembleia Municipal assim o decidirá. Mas permitam-me colocar uma questão, para sermos objetivos: esta comissão de trabalho vai preparar um novo documento estratégico?

-----Todos sabemos que este documento vai beber muito daquilo que foi o programa eleitoral da força política que venceu as eleições. Evidentemente que estaremos sempre abertos a ouvir e a considerar propostas. No entanto, e peço que me permitam esta frontalidade, considero que também seria um bom exercício que os partidos da oposição nos desafiassem, apresentando propostas concretas. -----

-----Como sabem, o orçamento já contempla muito daquilo que foi o nosso compromisso eleitoral. Estão lá os eixos fundamentais que apresentámos à população: a educação, a habitação, o emprego, a coesão territorial, sem nunca esquecer a cultura e o turismo, entre outros. Portanto, os nossos orçamentos dificilmente poderão afastar-se muito destas prioridades. -----

-----Depois, existe uma margem que corresponde às nossas opções estratégicas para o futuro. É aí que podem surgir diferenças de visão: por exemplo, na decisão de avançar com um determinado investimento estruturante - seja uma piscina, seja um pavilhão multiusos - ou optar por outro caminho. -----

-----Mas esse debate podemos e devemos tê-lo aqui, nesta Assembleia Municipal. Podemos tê-lo já em abril, mas também hoje. -----

----- Neste momento, da parte do executivo, quero ser muito claro: o nosso foco está em cumprir o orçamento municipal que foi apresentado e aprovado. O que queremos agora é concretizá-lo. Nos próximos meses teremos de estar totalmente concentrados nesse trabalho, mobilizando todas as equipas do município para que os projetos avancem, para mais tarde pensarmos no próximo orçamento. -----

----- Sabemos também que nem tudo depende apenas da vontade do executivo. Há várias equipas envolvidas, vários organismos que têm de se pronunciar e muitos processos administrativos que condicionam os tempos de execução. Por isso, neste momento, a nossa prioridade é cumprir aquilo que nos comprometemos a fazer. ----

----- Ainda assim, quero deixar uma mensagem clara: estamos sempre abertos a contributos. Dizemo-lo muitas vezes aos particulares, aos investidores, aos empresários e também aos grupos políticos. Continuem a desafiar-nos. O futuro de Amarante deve ser construído com todos. -----

----- É assim que se constrói também o próximo orçamento: com boas ideias, boas propostas e com participação.-----

----- Por isso, não digo que esta discussão não seja útil. Apenas considero que talvez faça ainda mais sentido num próximo mandato, quando esperamos possa finalmente existir essa reforma eleitoral, que há tanto tempo se discute e que é claramente necessária. -----

----- Relativamente às outras questões colocadas, nomeadamente pela senhora deputada Amélia Oliveira sobre as intempéries, devo dizer que todo este processo foi exigente, não apenas para nós, mas para muitos executivos em todo o país. -----

----- Foram dias particularmente difíceis. Quando olhamos para aquilo que aconteceu em zonas como Leiria ou Coimbra, percebemos bem a dimensão do problema. -----

----- Num determinado sábado fomos informados de que poderia ser destacada para Amarante uma equipa do Exército, para apoiar se necessário, considerando o elevado risco de cheias. Essa informação fez-nos recordar episódios do passado e obrigou-nos a preparar o pior cenário. -----

----- Chegámos mesmo a cancelar todas as atividades desportivas previstas no Pavilhão Gimnodesportivo de Amarante, para que esse espaço pudesse eventualmente acolher essas equipas. -----

----- Felizmente, as cheias não se concretizaram como se previa. Houve uma boa coordenação entre o município, a Agência Portuguesa do Ambiente (APA) e outras entidades, o que nos permitiu evitar consequências mais graves. -----

-----Mas isso não significa que não tenha sido um período difícil. Houve dias em que, desde manhã até à noite, surgiam constantemente novos problemas: derrocadas, ocorrências, informações que exigiam resposta imediata. Foram dias extremamente exigentes e de grande preocupação.-----

-----Conseguimos dar uma resposta eficaz, porque contámos com todos os serviços que o senhor deputado Cândido Zoio referiu: «é de inteira justiça sublinhar o bom trabalho desenvolvido pela APA, pelas Juntas de Freguesia, pelos Bombeiros, pela Proteção Civil e pelos serviços da Câmara Municipal de Amarante». Este executivo não teve qualquer papel nisto. Não coordenou, não orientou. Esta forma sectária de ver as coisas pode continuar, mas nós estamos aqui para trabalhar. Estamos aqui também para reconhecer e agradecer a todos aqueles que trabalharam connosco e colaboraram neste esforço coletivo. -----

-----Mas quero também deixar uma reflexão. Vivemos tempos em que muitas vezes parece existir um certo descrédito na sociedade e nas instituições. No entanto, momentos como estes mostram-nos exatamente o contrário. Mostram-nos que ainda vale a pena acreditar nas pessoas e que vale a pena acreditar que, quando é necessário, as comunidades respondem.-----

-----Foi isso que aconteceu quando lançámos, de forma quase imediata, uma campanha de angariação de bens. Num único dia, entre as nove da manhã e as cinco da tarde, conseguimos reunir material suficiente para quatro carrinhas, com geradores, lonas, plásticos, bens alimentares, que foram enviados para Leiria. -----

-----Mais tarde realizámos também uma segunda campanha, em colaboração com a associação empresarial e com as juntas de freguesia. Conseguimos encher um camião com telhas que foram entregues no concelho de Ansião.-----

-----Isto demonstra que, mesmo no meio das preocupações do dia-a-dia, as pessoas continuam disponíveis para ajudar. -----

-----Por isso, quero deixar aqui um agradecimento muito sentido às juntas de freguesia, à associação empresarial e a todos os particulares que contribuíram. -----

-----Amarante demonstrou, mais uma vez, o seu lado solidário e humano num momento difícil. -----

-----Relativamente à questão da Águas do Norte, importa esclarecer que, quando existe rede pública de água ou saneamento, a legislação determina que os particulares são obrigados a ligar-se àquela rede. -----

-----Essa obrigação consta também do contrato celebrado em 2013, que aqui foi referido pelo senhor deputado António Araújo. -----

-----O contrato estabelece que a Águas do Norte pode notificar os particulares e que, posteriormente, a Câmara Municipal fica responsável pela aplicação das coimas, caso essa ligação não seja efetuada. Estabelece ainda que, caso o município não atue, poderá ter de suportar os prejuízos financeiros resultantes dessa situação. ----

-----Já tivemos reuniões com a Águas do Norte com o objetivo de privilegiar, numa primeira fase, um trabalho pedagógico e de sensibilização. -----

-----A verdade é que este é um sistema que apresenta várias dificuldades, sobretudo em territórios de baixa densidade populacional. Muitos municípios têm poucos consumidores e redes extensas, o que dificulta a sustentabilidade financeira do sistema. -----

-----Além disso, há muitas habitações que ainda não se ligaram à rede, seja porque possuem poços próprios, seja simplesmente porque optam por não o fazer. A única situação em que a ligação não é obrigatória é quando existe uma fossa estanque devidamente licenciada. -----

-----É, portanto, um tema complexo e que exige equilíbrio entre o cumprimento legal, a sensibilização dos cidadãos e a sustentabilidade do sistema. -----

-----Relativamente à intervenção do senhor deputado Vítor Briga Rei, quero agradecer as palavras que dirigiu às atividades referidas. -----

-----E quanto à intervenção da senhora deputada Ana Ferreira, considero que aquilo que referiu é, de facto, um bom sinal para Amarante. -----

-----Resulta de um investimento importante realizado no nosso concelho e merece o nosso reconhecimento: à empresa, aos seus trabalhadores e a todas as entidades envolvidas. -----

-----Estamos a falar de uma empresa que vai duplicar os seus postos de trabalho em Amarante, ao mesmo tempo que encerra unidades na Alemanha e na Suíça. Isso significa que encontra aqui condições de rentabilidade e produtividade. -----

-----Esse facto deve deixar-nos satisfeitos e orgulhosos. -----

-----Foi uma aposta feita no mandato anterior e que hoje demonstra claramente os seus resultados. -----

-----O caminho que devemos seguir é precisamente esse: continuar a criar condições para atrair e fixar empresas com capacidade de investimento, que gerem emprego e que contribuam para o desenvolvimento do nosso território."-----

----- **PERÍODO DE INTERVENÇÃO DO PÚBLICO** -----

----- Inscreveram-se para usar da palavra: -----

----- O Senhor António Adelino, que proferiu a seguinte intervenção: -----

-----"Queria falar sobre quatro assuntos. Mas antes, a propósito da solidariedade com a zona centro, para ajudar as vítimas das tempestades, quero dar os parabéns ao município pelas iniciativas tomadas, numa solidariedade institucional e coletiva. Sobre a solidariedade individual, o historiador Hélder Pacheco, não sei se é da autoria dele, mas tem uma quadra que diz: -----

-----*Nasci com a hora marcada,* -----
-----*para quando ainda não sei,* -----
-----*do que tenho, não levo nada,* -----
-----*só levo aquilo que dei.* -----

-----Quanto aos assuntos que me trazem aqui, primeiro são as escadas que dão do Tribunal às alminhas, tem lá um caco, ou uma parte de uma tijoleira, para evitar que as pessoas molhem os pés. Ora, se for provisório, compreende-se, mas aquilo já lá está há muito tempo. Para pessoas de idade e que não têm agilidade, para ir ao mercado ou ao centro, torna-se perigoso. Era de tirar o caco e colocar uma tijoleira inteira. - -----

-----Segunda questão é sobre o semáforo que está na rua que vem das bombas de combustíveis do Queimado até à rotunda e que dá para o Colégio. Julgo que está avariado e não funciona, desde setembro. As pessoas que vão à central de camionagem ou aos estabelecimentos comerciais ao atravessar as ruas, correm algum perigo. -----

-----Outra questão é sobre o aterro sanitário. O Senhor Presidente da Câmara Municipal disse que, assim que as células sejam seladas acabou-se o aterro. Acontece é que a cerca de quinhentos metros, em linha reta, do aterro, terreno planado existe um terreno planado, com 3 ou 4 hectares, e as pessoas falam que é para substituir o atual aterro, quando este se esgotar. -----

-----Depois é sobre algo que vejo nas atas, que este ou aquele membro não participou na votação porque estava ausente da sala. Aqui há uns tempos, li num jornal que na Assembleia Municipal do Porto, quando se votava o orçamento, um deputado, julgo que do CHEGA, numa atitude ambígua, para ficar de bem com Deus e com o diabo, faltou à votação. A minha opinião é que um deputado tem de estar impreterivelmente na sala. Se calhar esta pergunta é para o Senhor Presidente da Assembleia Municipal." -----

-----O Senhor Presidente da Assembleia Municipal interrompeu o Senhor António Adelino para referir que este já participa nas sessões há tempo suficiente para saber

que todas as questões colocadas devem ser dirigidas ao Presidente da Assembleia Municipal e não diretamente ao Senhor Presidente da Câmara Municipal. -----

-----Acrescentou ainda que, ao iniciar a sua intervenção, deveria ter cumprimentado os membros da mesa e o Senhor Presidente da Câmara Municipal, o que não sucedeu. -----

-----Esclareceu também que, quando um cidadão se dirige à Assembleia Municipal, deve fazê-lo através do Presidente da Assembleia Municipal, cabendo a este questionar o Senhor Presidente da Câmara Municipal sobre se pretende ou não responder às questões colocadas, conforme estipulado no Regimento. -----

-----Referiu, por fim, que a questão então colocada seria respondida após a conclusão da intervenção do orador. -----

----- **O Senhor António Adelino deu continuidade à sua intervenção:** -----

-----"Eu li também que o representante das assembleias municipais referiu uma proposta para que as sessões passem a ser transmitidas *online*. No meu caso, por exemplo, quando participo, venho apenas no período de intervenção do público, ouço a resposta à minha intervenção e acabo por sair, não permanecendo até ao final da sessão. Na maioria das vezes, acabo por, posteriormente, consultar o que ocorreu através das atas, depois de estas serem aprovadas." -----

-----O Senhor Presidente da Assembleia Municipal respondeu à questão colocada, referindo, em primeiro lugar, que nenhum deputado que se ausente da sala pode participar no período de votação, pelo que quem não estiver presente no início da votação já não poderá votar. -----

-----Esclareceu ainda que, quando um membro falta a uma sessão, deverá justificar a respetiva falta; caso contrário, a mesma será considerada injustificada. Acrescentou que as faltas injustificadas têm consequências, nomeadamente a perda de mandato quando o número ultrapassa três sessões ou seis reuniões seguidas, ou seis sessões ou doze reuniões interpoladas. -----

-----Relativamente às questões dirigidas à Câmara Municipal, referiu que estas deveriam ter sido dirigidas à mesa, acrescentando que iria questionar o Senhor Presidente da Câmara Municipal sobre se pretendia responder às mesmas. -----

----- **O Senhor Presidente da Câmara Municipal proferiu a seguinte intervenção:** -----

-----"Convido o Senhor António Adelino não apenas a intervir neste período, mas também a permanecer connosco até ao final, caso a sua disponibilidade o permita. -

-----Quanto às questões que foram levantadas, gostaria de salientar que, tal como está escrito, «quanto mais se dá, mais se recebe». É fundamental, em momentos como este, lembrar a importância de ajudar aqueles que mais necessitam.

-----Relativamente às questões suscitadas dos problemas relacionados com escadas e ao semáforo, tomei nota das preocupações apresentadas e espero que, na próxima sessão da Assembleia Municipal, possa responder-lhe que foram resolvidas.

-----No que diz respeito ao aterro sanitário de Codeçoso, de acordo com as informações transmitidas pelo Senhor Presidente da Câmara Municipal de Celorico de Basto, não será autorizado qualquer depósito para além do período de concessão. Esta situação também surge em outros aterros da região, que consideram ter cumprido com as suas responsabilidades quanto à receção de resíduos.-----

-----Reconhecemos que é necessário dispor de locais adequados para deposição de resíduos recolhidos, mas compreendemos também a preocupação das populações que vivem junto destes aterros. O que está a ser feito atualmente é o preenchimento total da volumetria existente: a área utilizada permanece a mesma, apenas a sua utilização é otimizada.-----

-----É importante referir que algumas células do aterro já deveriam estar seladas e ajardinadas, conforme previsto, dado o impacto ambiental significativo, também nas nossas freguesias, devido ao escoamento de lixiviados. Em suma, não está previsto qualquer aumento da área do aterro, esperando-se que haja capacidade suficiente para deposição de resíduos, seja na LIPOR ou noutros locais apropriados.”

-----**O Senhor deputado Cândido Zoio, do Grupo Municipal do PS, fez uma interpelação à mesa quanto à condução dos trabalhos, proferindo a seguinte intervenção:**-----

-----“O Senhor António Adelino apresentou três ou quatro questões, sendo uma delas dirigida diretamente ao Senhor Presidente da Assembleia Municipal.-----

-----O Senhor Presidente da Assembleia não prestou resposta relativamente à transmissão das sessões *online*. Considera-se relevante que seja dada resposta ao munícipe, uma vez que a proposta sobre a transmissão das sessões foi apresentada pelo Grupo Municipal do PS durante a discussão e aprovação do Regimento.”-----

-----O Senhor Presidente da Assembleia Municipal afirmou que é necessário preservar o Regimento, indicando que os membros da Assembleia Municipal não podem intervir no período destinado ao público. Esclareceu que o Senhor António Adelino seria a pessoa com direito a intervir nessa matéria, caso não tivesse sido previamente informado.-----

-----Recordou que, em todas as sessões da Assembleia Municipal a que presidiu, o Senhor António Adelino não tem seguido o procedimento estabelecido, ou seja, de apresentar as perguntas ao Presidente da Assembleia, para que este solicite ao Presidente da Câmara a respetiva resposta. -----

-----**O Senhor deputado Cândido Zoio invocou a defesa da honra, proferindo a seguinte intervenção:**-----

-----Nos termos do Regimento, o Senhor António Adelino não possui legitimidade para apresentar interpelações à mesa, sendo tal direito reservado aos membros da Assembleia Municipal. Assim, foi realizada uma interpelação à mesa, a quem cabe coordenar os trabalhos, com o objetivo de obter os esclarecimentos devidos.-----

-----**PERÍODO DA ORDEM DO DIA**-----

-----O Senhor Presidente da Assembleia Municipal fez a leitura em voz alta da ordem do dia, passando-se de imediato à sua apreciação.-----

-----Lembrou que a todos os pontos se aplicariam os tempos da grelha B do Regimento.-----

1. Relatório de atividades e situação financeira do Município – Para conhecimento.-----

-----**O Senhor deputado Pedro Ribeiro, do Grupo Político Municipal do PS, proferiu a seguinte intervenção:**-----

-----"Relativamente ao relatório em apreciação, gostaria de colocar algumas questões no âmbito da execução dos investimentos enquadrados no Plano de Recuperação e Resiliência.-----

-----Todos reconhecemos que estamos perante uma oportunidade única de financiamento — para Amaranante e para todo o país — mas também sabemos que estamos perante prazos particularmente exigentes.-----

-----Nesse sentido, gostaria de deixar algumas questões ao Senhor Presidente da Câmara:-----

-----• Em primeiro lugar, se as obras atualmente em execução no âmbito do PRR estão a decorrer dentro da normalidade prevista e, sobretudo, se o município está em condições de garantir o cumprimento integral dos prazos estabelecidos;-----

-----• E ao mesmo tempo, se existem projetos que já apresentam desvios, atrasos ou constrangimentos relevantes, e que medidas concretas estão a ser adotadas para mitigar esses riscos.-----

-----Permitam-me ainda acrescentar uma preocupação que considero particularmente relevante. Os recentes fenómenos meteorológicos extremos que

afetaram o nosso país, com especial incidência na zona centro, tiveram impactos significativos ao nível das infraestruturas e sabendo também, que o setor da construção enfrenta uma escassez estrutural de mão-de-obra, importa perceber: ---

-----• Se o município está a antecipar um eventual desvio ou concentração de recursos — humanos e materiais — para essas regiões mais afetadas, e que impacto poderá ter isso na execução das obras financiadas pelo PRR em Amarante;-----

-----• E, nesse contexto, se existe um plano de contingência que garanta que o concelho não perde investimento por fatores externos. -----

-----Todas e todos nós sabemos, que o que está aqui em causa é a capacidade de executar estes investimentos dentro dos prazos definidos. E, por isso, gostaria de conhecer, com rigor, o ponto de situação da execução do PRR no nosso Município.”-

-----**O Senhor Presidente da Câmara Municipal, Jorge Ricardo, proferiu a seguinte intervenção:**-----

-----“Em resposta ao senhor deputado Pedro Ribeiro, importa esclarecer que o Município de Amarante tem vindo a cumprir, de forma responsável, os compromissos assumidos no âmbito do Plano de Recuperação e Resiliência (PRR). -----

-----Relativamente à habitação, referiu que cerca de 95% das habitações previstas encontram-se praticamente concluídas, estando dentro da programação estabelecida, com entrega prevista aos destinatários até junho do corrente ano. Importa ainda referir que, o regulamento previa que 35% destas habitações fossem destinadas a jovens até aos 35 anos. Contudo, para surpresa do Município, apenas vinte pessoas desse escalão etário apresentaram candidatura. Ainda assim, estamos a falar de habitações dignas, com condições de qualidade e conforto, pensadas para dar resposta às atuais necessidades da população. -----

-----Na próxima semana será lançada a empreitada para os arranjos exteriores destas intervenções, trabalhos que não estavam contemplados no financiamento do PRR, mas que o Município entende serem necessários para garantir a plena qualificação dos mesmos. -----

-----Naturalmente, como acontece em qualquer processo desta dimensão, surgiram alguns constrangimentos. Em Gouveia (São Simão), por exemplo, foi detetada uma incongruência no projeto inicial da obra, que apenas se tornou evidente quando a empresa adjudicatária iniciou os trabalhos. Houve também uma situação em Lufrei relacionada com um acordo estabelecido com a Santa Casa da Misericórdia de Amarante.-----

-----No que diz respeito às infraestruturas de saúde, importa destacar que as obras do Centro de Saúde da Várzea terão início na próxima segunda-feira, com um preço base de 250.000€. Já no Centro de Saúde de Amarante, apesar de existir um apoio de 400.000€, a empreitada terá um valor base de cerca de 650.000€. Este é um exemplo claro de uma realidade que se repete frequentemente: quando se fala em descentralização de competências, são muitas vezes os municípios que acabam por suportar uma parte significativa dos encargos necessários para melhorar instalações e equipamentos. -----

-----Também no setor das creches temos vindo a desenvolver um esforço significativo. A creche de Travanca encontra-se em execução e a do Centro Escolar do Marão iniciará em breve os trabalhos. No caso da creche da Estradinha, o primeiro procedimento concursal ficou deserto devido ao prazo de execução inicialmente previsto. Foi necessário lançar um novo procedimento, com um investimento de cerca de 1.080.000€ e um prazo de execução de catorze meses, assumindo o Município o risco de eventual perda de financiamento, por se tratar de um investimento prioritário. -----

-----Em breve será igualmente lançada a construção da creche de Vila Caiz, após a integração do saldo de gerência. Reconhecemos que dificilmente esta obra cumprirá integralmente os prazos definidos pelo PRR, mas trata-se de uma necessidade evidente para o território e para as famílias. -----

-----No total, estamos a falar de um investimento na área da habitação que ronda os 14.000.000€, grande parte já em fase de conclusão e prestes a ser entregue à população. -----

-----Relativamente aos danos provocados pelas recentes tempestades, importa referir que, felizmente, não se registaram danos pessoais. Contudo, os prejuízos materiais aproximam-se de 1.000.000€. -----

-----Algumas ocorrências, como as derrocadas em Candemil e junto às portagens de Vila Caiz, são da responsabilidade de entidades externas, nomeadamente da Infraestruturas de Portugal e da Brisa. -----

-----Outras intervenções cabem ao Município e às juntas de freguesia, representando um esforço financeiro significativo. Não sabemos com que tipo de apoio iremos contar, mas vamos aguardar, sendo certo que temos de estar preparados para dar resposta a esta dificuldade. -----

-----Os prejuízos verificados a nível nacional não terão influência nos prazos de conclusão dos referidos investimentos, uma vez que, as empresas têm prazos

contratuais a cumprir, sob pena de serem aplicadas penalizações. Por isso, estou certo de que as empresas apenas concorrerão a novas obras se tiverem capacidade para as executar.” -----

-----Este assunto foi presente a reunião, somente para conhecimento, não havendo lugar a deliberação.-----

2. Mapa dos fluxos de caixa do exercício de 2025 e primeira alteração orçamental modificativa, por incorporação do saldo de gerência de 2025

- (Registo n.º 901/2026/01/29).-----

-----Inscreveram-se para usar da palavra: -----

-----**O Senhor deputado Miguel Varejão, do Grupo Municipal do Partido Socialista, proferiu a seguinte intervenção:**-----

-----“No que diz respeito à votação dos deputados eleitos do Partido Socialista neste ponto, esta será a mesma já assumida pelos vereadores do Partido Socialista na reunião da Câmara Municipal, que é a abstenção.-----

-----Importa, no entanto, referir que a nossa preocupação não está no mecanismo contabilístico da incorporação do saldo de gerência, porque este é um instrumento normal de gestão orçamental. O que nos preocupa é o valor desse saldo e, sobretudo, a tendência de crescimento que se tem vindo a verificar nos últimos anos. Todos sabemos bem que existem dificuldades de conjuntura e constrangimentos externos, mas também é verdade que este problema já era conhecido e previsível, pelo que entendemos que poderia ter sido feito algo mais, até porque estes saldos que agora estamos a aprovar serão sempre o reflexo da pior ou melhor execução orçamental. -----

-----Assim, é neste quadro de preocupação e de compreensão da dificuldade que pode ser esta execução orçamental do ano de 2026 e com o agravante dos saldos do PRR não poderem transitar para 2027. Pergunto que planos ou medidas está a pensar tomar para contrariar possíveis constrangimentos na execução orçamental deste ano? --- -----

-----Quero dizer que o meu camarada Pedro Ribeiro já colocou também de certa forma esta questão. Da minha parte, fiquei esclarecido com a resposta que lhe deu, mas se quiser acrescentar mais alguma coisa, disponha.” -----

-----**O Senhor Presidente da Câmara Municipal proferiu a seguinte intervenção:**-----

-----“Há aqui algumas questões relativamente às quais penso que importa prestar alguns esclarecimentos. Já foi dito que o PRR não transita para o ano de

2027. A questão da transição do saldo de gerência não está relacionada com o PRR, que está em execução e, na grande maioria dos casos, a decorrer bem. Portanto, não foi por esse motivo que o saldo de gerência transitou. Tínhamos previsto no orçamento para 2025, por exemplo, um determinado montante para a área da habitação, mas uma parte desse valor transitou, porque as obras ainda estão em curso. Existe, por isso, ali um montante que ainda não foi executado, mas que, como já referi, será executado, sendo que uma parte significativa deste saldo será assim consumida. -----

-----Esta situação está relacionada com o Portugal 2030 e não com o PRR. Recordo que, inicialmente, estava previsto que os avisos do Portugal 2030 saíssem no início de 2024. Caso isso tivesse acontecido como previsto, em 2025 já teríamos as obras numa fase mais avançada e a execução orçamental seria diferente. O que aconteceu foi que os avisos do Portugal 2030 começaram apenas a sair no final de 2024. Nessa altura tivemos de preparar e submeter as candidaturas no início de 2025. São exemplo disso a requalificação da antiga estação ferroviária de Amarante, no valor de cerca de 3.000.000€, a EB da Torreira, o Jardim de Infância de Real, o Centro Escolar de Cepelos e Lomba, num valor superior a 7.500.000€, bem como o viaduto, cuja obra começou de forma mais intensa há cerca de dois ou três meses e que também sofreu um atraso, mais cerca de 2.000.000€. Estamos, portanto, a falar de obras com um impacto muito significativo - próximo dos 10.000.000€ - que transitaram, em grande parte, de 2025 para 2026. Em suma, esta situação deve-se essencialmente ao atraso na publicação dos avisos do Portugal 2030. Só após a publicação desses avisos é que nos podemos candidatar e, depois de aprovadas as candidaturas, é que temos o financiamento garantido que nos permite lançar as empreitadas. -----

-----Parte do saldo foi também alocado a rubricas que inicialmente não estavam contempladas, quer em despesas correntes - como, por exemplo, o combustível - quer na iluminação pública, que estamos agora a reforçar. Há igualmente rubricas que reforçam áreas que correspondem ao nosso projeto político e ao nosso plano estratégico, ou seja, aos eixos centrais do nosso programa.-----

-----Importa ainda referir que estes atrasos não se verificaram apenas na região do Tâmega e Sousa ou na região Norte, mas sim em todo o país, como foi amplamente noticiado." -----

-----**O Senhor deputado Miguel Varejão, do Grupo Municipal do Partido Socialista, proferiu a seguinte intervenção:** -----

-----"Gostaria de esclarecer que eu não disse que o saldo do PRR iria transitar. O que referi foi que, uma vez que esses valores não podem transitar, questionei o que está previsto fazer para garantir que não se percam esses investimentos no âmbito do PRR ainda durante este ano. Foi apenas isso que procurei dizer."-----

-----**O Senhor Presidente da Câmara Municipal, Jorge Ricardo, proferiu a seguinte intervenção:**-----

-----"Só queria referir que, como disse, os valores do PRR serão executados, na sua grande maioria, ainda este ano.-----

-----Poderemos, no entanto, ter alguns casos específicos, como é o caso do financiamento das creches - estamos a falar de cerca de 178.000€ por projeto, a multiplicar por duas ou três intervenções - em que estamos na expectativa de que o prazo para a conclusão, atualmente fixado em 31 de agosto do corrente ano, possa vir a ser prorrogado.-----

-----Caso tal não aconteça, poderemos perder esse financiamento. Ainda assim, naturalmente, executaremos estas obras que são determinantes com recurso a outros fundos próprios, que já foram acautelados através da transição do saldo de gerência."-----

-----A Assembleia Municipal, nos termos do disposto na alínea a) do n.º 1 do artigo 25.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua atual redação, deliberou, por maioria, aprovar a primeira alteração orçamental modificativa, por incorporação do saldo de gerência no montante de 15.984.302,06€ (quinze milhões, novecentos e oitenta e quatro mil, trezentos e dois euros e seis cêntimos), dos quais 14.665.735,48€ (catorze milhões, seiscentos e sessenta e cinco mil, setecentos e trinta e cinco euros e quarenta e oito cêntimos), na posse do serviço, e 1.318.566,58€ (um milhão, trezentos e dezoito mil, quinhentos e sessenta e seis euros e cinquenta e oito cêntimos), na posse do serviço consignado, conforme deliberação da Câmara Municipal.-----

-----Esta deliberação foi tomada por 42 votos a favor, dos grupos municipais do PSD, do CDS-PP, dos senhores/as presidentes de junta das listas do PS, do Chega e do grupo de cidadãos eleitores "Juntos por Ansiães, 10 abstenções, dos membros eleitos do Grupo Municipal do PS, e 0 votos contra. Encontravam-se presentes 52 membros dos 53 que compõem esta Assembleia Municipal.-----

-----A presente deliberação foi aprovada, por unanimidade, em minuta para surtir efeitos imediatos. Encontravam-se presentes 52 membros dos 53 que compõem esta Assembleia Municipal.-----

3. Contrato interadministrativo de delegação de competências com as Freguesias – Mandato 2025-2029 - (Registo n.º 1418/2026/02/13). -----

----- Inscreveram-se para usar da palavra: -----

----- **O Senhor deputado Miguel Coelho, do Grupo Municipal do Partido Socialista, proferiu a seguinte intervenção:** -----

----- "Para o Partido Socialista, as freguesias são um pilar essencial da governação local. --- -----

----- É nas freguesias que o poder público está mais próximo dos cidadãos, onde os problemas são identificados com maior celeridade e onde as soluções tendem a ser ajustadas à realidade local. -----

----- O contrato interadministrativo de delegação de competências com as freguesias que hoje aqui discutimos traduz, antes de mais, um princípio que consideramos fundamental: a valorização das freguesias enquanto nível de administração com responsabilidade acrescida na resposta às necessidades das populações.-----

----- Valorizamos, por isso, o percurso de diálogo desenvolvido com as Senhoras e Senhores Presidentes de Junta, que permitiu alcançar um entendimento alargado em torno deste instrumento. Importa, igualmente, sublinhar que o presente contrato cria condições para que as freguesias possam intervir em áreas concretas que impactam diretamente a vida dos Amarantinos. -----

----- Por tal, o Grupo Municipal do Partido Socialista, irá votar favoravelmente esta proposta. -----

----- Um voto favorável que é também um voto atento e exigente: Atento à concretização deste compromisso com as Freguesias no terreno, bem como à capacidade efetiva para concretizar as intervenções previstas; -----

----- E exigente no cumprimento dos compromissos assumidos pelo Município. --

----- Porque este é também o nosso papel enquanto deputados municipais: o de sermos agentes que garantem que os instrumentos que aqui votamos produzem resultados reais na vida da nossa população amarantina."-----

----- **O Senhor deputado Paulo Vasconcelos, do Grupo Político Municipal do PSD, proferiu a seguinte intervenção:** -----

----- "Estamos hoje a apreciar a autorização para a celebração dos contratos interadministrativos de delegação de competências nas freguesias do concelho de Amarante, nos termos da Lei n.º 75/2013. -----

-----O documento em análise prevê uma dotação global de 744.622,59€, distribuída segundo critérios objetivos:-----

- 31,25% de forma igualitária por todas as freguesias; -----
- 48,75% na razão direta do número de habitantes; -----
- 20% na razão direta da área territorial. -----

-----Importa, desde já, clarificar um ponto essencial: os valores constantes neste mapa dizem respeito exclusivamente às pequenas pavimentações, reparação ou execução de muros e arranjos urbanísticos. -----

-----Não estão aqui incluídas outras rubricas igualmente relevantes, como: -----

- Limpeza das vias e manutenção corrente; -----
- Ação social escolar; -----
- Protocolos na área da cultura; -----
- Outras formas de cooperação administrativa que possam existir em sede de protocolo, designadamente na gestão de cemitérios e outros espaços. -----

-----Importa sublinhar que o valor do investimento feito pelo município para as freguesias no total ultrapassa o 1.600.000€. De referir também que nas grandes opções plano (GOP 2026) Em dezembro quando orçamento para 2026, (GOP 2026) está inscrito na Coesão Territorial no seu todo tem uma dotação global de 13.948.745€, este objetivo Coesão Territorial traduz a aplicação do princípio da subsidiariedade, valorizando o papel das Juntas de Freguesia enquanto agentes de proximidade. Integra os Acordos de Execução, os Contratos de Cooperação, os Acordos de Cooperação de natureza cultural, a requalificação de ruas e via, a sinalização, a requalificação de edifícios e equipamentos, bem como a participação em projetos da CIM do Tâmega e Sousa, da AMDT e da AMVS. -----

-----Esta distinção é importante para que possamos fazer ainda uma leitura rigorosa e completa do esforço financeiro municipal. -----

-----Há, contudo, um aspeto estrutural que merece especial valorização. -----

-----Este contrato interadministrativo tem vigência coincidente com o mandato 2025–2029. -----

-----E isso representa um avanço significativo. -----

Recorde-se que este modelo de contratualização plurianual teve início no mandato 2017–2021, por proposta do atual Presidente da Câmara, então Vice-Presidente. Na sua tomada de posse reafirmou que um dos pilares da sua visão para o desenvolvimento local seria a coesão territorial, promovendo maior autonomia às 26 freguesias do concelho.-----

-----Ora, como bem diz a sabedoria popular, o que é prometido é devido. E quando a palavra dada se transforma em compromisso cumprido, fortalece-se a confiança entre instituições e comunidade. Não se trata apenas de uma formalidade administrativa; trata-se de coerência política e respeito pelo território.-----

----- Também poderíamos dizer que “palavra dada é palavra honrada” - expressão simples, mas profundamente exigente. Porque governar é, antes de mais, assumir responsabilidades e dar estabilidade às decisões. A previsibilidade plurianual permite planeamento, continuidade de investimentos e maior capacidade de resposta às necessidades reais das populações.-----

----- Num tempo em que tantas vezes se questiona a credibilidade da política, importa reconhecer quando há consistência entre o discurso e a prática. A coesão territorial não se proclama — constrói-se. E constrói-se com instrumentos estáveis, visão estratégica e confiança nas freguesias enquanto primeiras estruturas de proximidade. -----

----- No fundo, mais do que gerir verbas, trata-se de consolidar uma ideia de governação: não basta conhecer o território; é preciso pensá-lo com horizonte, vivê-lo com responsabilidade e cumpri-lo com palavra firme. -----

----- Um contrato com horizonte de quatro anos permite planeamento estratégico. -----

----- Permite hierarquizar prioridades. -----

----- Permite calendarizar intervenções. -----

----- Permite assumir compromissos claros perante as populações. -----

----- Os Presidentes de Junta deixam de estar numa lógica de incerteza anual e passam a ter previsibilidade para estruturar o seu plano de ação.-----

----- Isto reforça a autonomia local. -----

----- Isto dignifica o exercício do mandato autárquico. -----

----- Isto traduz confiança institucional. -----

----- Igualdade formal e evolução futura do modelo. -----

----- Os critérios definidos cumprem o princípio da igualdade e representam um salto significativo face a modelos anteriores. -----

----- Este é, no momento presente, um avanço relevante e deve ser reconhecido. -----

----- Naturalmente, como qualquer instrumento de gestão pública, o modelo pode sempre ser avaliado e aperfeiçoado no futuro, ajustando-se às circunstâncias e aos desafios do território. -----

----- Hoje importa reconhecer a estabilidade e a previsibilidade que este contrato introduz. -----

-----Rigor na gestão dos recursos públicos.-----
-----Importa rentabilizar os meios disponíveis, num quadro de corresponsabilização, cooperação e solidariedade institucional, mas sobretudo com a preocupação permanente de garantir que cada investimento público corresponde a necessidades reais e identificadas no território.-----
-----Num contexto de recursos finitos, exige-se ponderação e sentido estratégico. A prioridade deve estar nas respostas que impactam diretamente o quotidiano das populações - na melhoria das acessibilidades locais, na manutenção do espaço público, na qualidade dos equipamentos e nas condições que influenciam a vida concreta dos fregueses.-----
-----A experiência demonstra que, muitas vezes, com recursos limitados conseguem-se resultados muito significativos quando há proximidade, conhecimento e critério. E, noutras circunstâncias, investimentos mais avultados nem sempre produzem impactos proporcionais ao esforço financeiro realizado.-----
-----Por isso, mais do que o montante investido, importa a utilidade real que esse investimento gera.-----
-----Cada euro aplicado deve traduzir-se em benefício concreto e mensurável para as populações.-----
-----Estes contratos representam mais do que um mecanismo financeiro.-----
-----Representam o reconhecimento do papel relevante que as Juntas de Freguesia desempenham no território.-----
-----A proximidade gera conhecimento concreto da realidade.-----
-----Permite identificar prioridades com precisão.-----
-----Permite intervir com rapidez.-----
-----Permite, muitas vezes, fazer mais com menos.-----
-----Governar um concelho é olhar para a floresta no seu conjunto.-----
-----Mas governar com responsabilidade exige também olhar para cada árvore que compõe essa floresta.-----
-----Tal como se cuida de um corpo, não apenas por fora, mas também por dentro, assim devemos cuidar das nossas freguesias - com visão estrutural, mas também com sensibilidade humana.-----
-----Cuidar é confiar.-----
-----E confiar é dignificar o poder local.-----
-----Permitam-me ainda uma breve nota pessoal.-----

----- Ouve uma evolução clara de dignificação do exercício autárquico nos últimos anos, felicitar o ex-presidente da Câmara José Luís Gaspar pelo trabalho feito nesta área do território com as juntas de freguesia e alargamento e aprofundamento desta dignificação pelo atual presidente da Câmara, Jorge Ricardo!-----

----- Assim, ser autarca é estar disponível. -----

----- É assumir compromisso. -----

----- É transformar preocupação em ação. -----

----- Este contrato representa um passo importante na maturidade da relação entre Município e Freguesias. -----

----- Garante previsibilidade. -----

----- Reforça responsabilidade. -----

----- Permite planeamento. -----

----- Valoriza a proximidade. -----

----- Porque ontem, hoje e no futuro, não basta conhecer o território. -----

----- É preciso pensá-lo. -----

----- É preciso vivê-lo. -----

----- E é preciso rasgar horizontes de esperança. -----

----- Os vossos fregueses merecem!" -----

----- **O Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Vila Caiz, José Ferreira, do Grupo Municipal do PSD, proferiu a seguinte intervenção:**-----

----- "Depois de ouvir o Senhor deputado Paulo Vasconcelos, solicito que nos envie mais verbas para as juntas de freguesia, porque todos nós sabemos aplicá-las bem e de forma mais rápida.-----

----- Aproveito também para lhe dar os parabéns por, desde 2021, ter disponibilizado este protocolo. -----

----- O dinheiro que ele traz é sempre bem-vindo e será, naturalmente, muito bem aplicado." -----

----- **O Senhor Presidente da Câmara Municipal, Jorge Ricardo, proferiu a seguinte intervenção:**-----

----- "Respondendo desde já ao Senhor deputado Miguel Coelho, dizer-lhe que, se há todas as razões para votar favoravelmente este ponto, também havia razões para votar favoravelmente o Orçamento para 2026, porque este valor já lá estava previsto. Portanto, também me parece que teria sido justo manter o mesmo sentido de voto. -----

-----Mas, como diz o povo, mais vale tarde do que nunca. E, por isso, registo com agrado que comungamos desta mesma vontade de reconhecer o papel importante das juntas de freguesia. -----

-----Relativamente à intervenção do Senhor deputado Paulo Vasconcelos, quero agradecer-lhe as palavras que proferiu e também a evocação do nome de alguém que, independentemente das cores partidárias, teve um papel muito importante: o Professor António Teixeira. Com todo o gosto estarei também presente nessa justa e merecida homenagem que lhe será prestada. -----

-----Quanto ao que foi referido pelo Senhor Presidente da Junta de Vila Caiz, José Ferreira, naturalmente continuaremos a trabalhar para evoluir sempre, fazer mais e cada vez melhor.”-----

-----A Assembleia Municipal, nos termos do disposto na alínea k) do n.º 1 do artigo 25.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua atual redação, deliberou autorizar a delegação de competências nas Freguesias, conforme deliberação da Câmara Municipal. -----

-----Esta deliberação foi tomada por unanimidade. Encontravam-se presentes 52 membros dos 53 que compõem esta Assembleia Municipal. -----

-----A presente deliberação foi aprovada, por unanimidade, em minuta para surtir efeitos imediatos. Encontravam-se presentes 52 membros dos 53 que compõem esta Assembleia Municipal. -----

4. Alteração do Regulamento do Plano Diretor Municipal de Amarante -
(Registo n.º 4764/2025/06/06). -----

-----Inscreveram-se para usar da palavra: -----

-----**O Senhor deputado Hugo Peixoto, do Grupo Municipal do PS, proferiu a seguinte intervenção:**-----

-----“A presente alteração ao Regulamento do Plano Diretor Municipal de Amarante, procede a um período de exposição e de contributos públicos, de acordo com os normativos legais. Contudo gostaríamos de ressaltar de forma positiva que algumas situações apontadas ao longo deste processo foram revertidas para a redação final do regulamento. -----

-----O regulamento de um plano diretor municipal deve por si só ser um instrumento dinâmico que deve evoluir de acordo com os novos desafios. Estando certos que quanto mais eficaz for melhor contribuirá para o desenvolvimento de Amarante. -----

----- Assim no seguimento daquilo que o Partido Socialista tem feito no passado, o grupo Municipal do PS irá votar favoravelmente esta proposta, reconhecendo que existem avanços introduzidos nesta alteração. -----

----- Este voto favorável é também um voto exigente pois o que pretendemos é que este regulamento se torne num verdadeiro instrumento de desenvolvimento para Amarante e de confiança e clareza para todos os amarantinos.” -----

----- **O Senhor Presidente da Câmara Municipal, Jorge Ricardo, proferiu a seguinte intervenção:**-----

----- “Tal como referimos no início desta Assembleia Municipal, acreditamos que, com os contributos de todos, é possível fazer melhor - e é precisamente para isso que estamos abertos ao diálogo e à participação. -----

----- Este é um bom exemplo disso mesmo. Atentas as palavras do Senhor deputado Hugo Peixoto, importa dizer que fizemos questão de integrar neste documento alguns contributos que resultaram da discussão pública.-----

----- E quero também, desde já, deixar uma palavra de agradecimento a todos aqueles que participaram e que, com as suas sugestões, ajudaram a melhorar esta proposta.” -----

----- A Assembleia Municipal, nos termos do disposto na alínea r), n.º 1, artigo 25.º do Anexo I da Lei 75/2013, de 12 de setembro, na sua redação atual, deliberou aprovar a quarta alteração da primeira revisão do Plano Diretor Municipal de Amarante. -----

----- Mais deliberou determinar a sua publicitação, quer por publicação em Diário da República, quer no sítio institucional da Câmara Municipal de Amarante e ainda a sua remessa para depósito na Direção-Geral do Território. -----

----- Esta deliberação foi tomada por unanimidade. Encontravam-se presentes 51 membros dos 53 que compõem esta Assembleia Municipal. Não participou na votação deste ponto o senhor deputado João Pinheiro, do Grupo Municipal do Chega, por se encontrar ausente da sala. -----

----- A presente deliberação foi aprovada, por unanimidade, em minuta para surtir efeitos imediatos. Encontravam-se presentes 51 membros dos 53 que compõem esta Assembleia Municipal. Não participou na votação desta minuta o Senhor deputado João Pinheiro, do Grupo Municipal do Chega, por se encontrar ausente da sala. -----

5. Plano de Urbanização da Cidade de Amarante - (Registo n.º 4205/2025/05/22). -----

----- Inscreveu-se para usar da palavra: -----

----- **O Senhor deputado Hugo Peixoto, do Grupo Municipal do PS, proferiu a seguinte intervenção:** -----

-----"Este Plano de Urbanização para a cidade de Amarante constitui uma oportunidade relevante para reforçar a atratividade do território, promover uma ocupação mais equilibrada do solo, qualificar o espaço público, melhorar a mobilidade e criar condições para uma cidade mais coesa, sustentável e competitiva. -----

-----A definição de centralidades, a valorização da estrutura ecológica municipal, a requalificação de áreas industriais e a aposta na habitação são dimensões estruturantes que saudamos. -----

-----No entanto, entendemos que o documento poderia apresentar uma maior densidade operacional, designadamente através de: -----

- Uma definição mais clara das fases de execução e da respetiva calendarização;
- A apresentação de um quadro financeiro indicativo, discriminando por projeto e por etapa de implementação; -----
- A identificação de fontes de financiamento previsíveis, incluindo fundos comunitários e parcerias; -----
- A fixação de metas quantificáveis, nomeadamente no domínio da habitação acessível, da reconversão de zonas industriais, da criação de emprego e da qualificação ambiental; -----
- Uma avaliação mais detalhada dos impactos urbanísticos, económicos, sociais e demográficos das propostas apresentadas. -----

-----Um Plano de Urbanização não deve ser apenas um instrumento regulador do território, deve ser também um instrumento estratégico de transformação urbana, com capacidade de orientar investimentos, gerar confiança e mobilizar agentes públicos e privados. A previsibilidade e a transparência na execução são fatores determinantes para o seu sucesso. -----

-----Importa ainda assegurar que a implementação do Plano seja acompanhada por mecanismos de monitorização periódica, com indicadores de desempenho e momentos de avaliação, permitindo corrigir desvios e adaptar soluções às necessidades reais da população. -----

-----Aquilo que verdadeiramente desejamos, e que certamente é vontade comum, é que este Plano não permaneça apenas no plano das intenções. O desafio maior não está na sua aprovação, mas na sua concretização. O que Amarante precisa é de execução, de investimento estruturado e de resultados tangíveis que se

traduzam em melhor qualidade de vida, mais oportunidades para os jovens, mais dinamismo económico e uma cidade mais inclusiva e sustentável. -----

-----É nesse espírito construtivo e responsável que votamos favoravelmente esta proposta, reafirmando a nossa disponibilidade para acompanhar e contribuir para que o Plano de Urbanização de Amarante seja efetivamente um instrumento de desenvolvimento ao serviço de Amarante e dos Amarantinos.”-----

-----**O Senhor Presidente da Câmara Municipal, Jorge Ricardo, proferiu a seguinte intervenção:**-----

-----“Regressando à parte inicial desta sessão, parece-me que este plano de urbanização é um instrumento que merece o acompanhamento de todos. Aliás, parece-me que essa disponibilidade foi aqui manifestada e que faz todo o sentido que assim seja. -----

-----Concordo plenamente que o importante agora é a sua concretização. Mas também sabemos que, com este plano, passamos a ter orientações mais claras e uma maior organização sobre aquilo que queremos para o nosso território.-----

-----Importa recordar que este plano já começou em 2021, quando foi dado o pontapé de saída, em maio desse ano. Desde então, este documento foi sendo trabalhado e ponderado - sabendo que estes processos exigem tempo - e contou com a intervenção de várias entidades, como a APA, a CCDR-N e a REN.-----

-----Por isso, parece-me positivo que possamos ter aqui um documento que mereça o acompanhamento da Assembleia Municipal e de todos nós, para que, sempre que necessário, possamos também dar contributos e, eventualmente, introduzir melhorias ou ajustamentos. -----

-----Quanto ao restante, quero também agradecer os comentários e os contributos que aqui foram apresentados.”-----

-----A Assembleia Municipal, nos termos do disposto na alínea r), n.º 1, artigo 25.º do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua redação atual, deliberou aprovar o Plano de Urbanização da Cidade de Amarante. -----

-----Mais deliberou determinar a sua publicitação, quer por publicação em Diário da República, quer no sítio institucional da Câmara Municipal de Amarante e ainda a sua remessa para depósito na Direção-Geral do Território. -----

-----Esta deliberação foi tomada por unanimidade. Encontravam-se presentes 52 membros dos 53 que compõem esta Assembleia Municipal. -----

-----A presente deliberação foi aprovada em minuta para surtir efeitos imediatos, por unanimidade. Encontravam-se presentes 52 membros dos 53 que compõem esta Assembleia Municipal. -----

6. Relatório anual de atividades da Comissão de Proteção de Crianças e Jovens de Amarante | 2025 - Registo n.º 2209/2026/02/02) - Para conhecimento.-----

-----Inscreveram-se para usar da palavra: -----

-----**O Senhor deputado Fábio Pacheco, do Grupo Municipal do PS, proferiu a seguinte intervenção:**-----

-----"Primeiro, relativamente aos dados apresentados, mostram uma realidade exigente no nosso concelho, com um número significativo de crianças e jovens acompanhados e com problemáticas, que continuam muito centradas na violência doméstica, negligência em contextos familiares fragilizados. -----

-----É importante continuarmos com o trabalho de auscultação e adjacência a estes casos, de forma a minimizarmos estes flagelos.-----

-----Em segunda, pretendo deixar uma sugestão para futuro, porque este relatório, apesar de nos mostrar o número de casos que transitam do ano anterior, não nos permite perceber a evolução ao longo do tempo e, por isso, deixo esta sugestão de, em futuros relatórios, serem incluídos dados comparativos com anos anteriores, para podermos avaliar se estamos a melhorar ou a agravar estas situações. Seria proveitoso para todos e permitiria assim termos dados mais abrangentes para estudos futuros. -----

-----Por último, deixo uma nota de valorização e reforço da importância do trabalho preventivo, sobretudo nas escolas que continuam a ter um papel fundamental na sinalização precoce e no acompanhamento destas realidades. É esse trabalho de proximidade e prevenção que deve continuar a ser reforçado. Neste tema não existem cores partidárias, não existem interesses subjogados, existe sim o cuidado e a entreaajuda. -----

-----Estou certo que é a vontade de todos nesta Assembleia." -----

-----**O Senhor deputado Paulo Vasconcelos, do Grupo Municipal do PS, proferiu a seguinte intervenção:**-----

-----"Antes de iniciar propriamente a minha intervenção, permitam-me dirigir uma palavra de reconhecimento a todos os técnicos que integram a CPCJ - quer os que representam o Município, quer os que aqui estão em nome das diferentes

entidades parceiras. O vosso trabalho é discreto, exigente e, muitas vezes, emocionalmente desafiante. Merece, por isso, respeito público. -----

-----Passei nove anos da minha vida na CPCJ de Amarante. Nove anos intensos, onde percorri problemáticas diversas — algumas visíveis, outras silenciosas — tanto no plano restrito dos processos concretos como numa reflexão mais alargada sobre o que significa proteger a infância numa sociedade em transformação. Participei em todos os Encontros Nacionais das CPCJ, momentos fundamentais de avaliação, partilha e aprofundamento. Nesses espaços, debatemos tendências, analisámos dados, questionámos práticas. Mas, acima de tudo, colocámos sempre as crianças no centro da reflexão, sem esquecer o sistema que as envolve: família, escola, comunidade, contextos sociais e económicos. -----

-----Essa experiência confrontou-me muitas vezes com dilemas difíceis. Em proteção de crianças, raramente algo é simples ou linear. Nada é totalmente óbvio. E, por vezes, transformar trajetórias marcadas por anos de fragilidade em poucos meses de intervenção aproxima-se de uma missão quase impossível. Contudo, naquela casa há uma palavra que nunca se abandona: persistência. Nunca desistir é mais do que um lema - é uma exigência ética. -----

-----Feito este breve enquadramento pessoal, olhemos para os dados que hoje aqui analisamos. -----

-----De forma um pouco aligeirada podemos dizer que Relatório Anual da CPCJ de Amarante relativo a 2025 revela que foram acompanhadas 364 crianças e jovens, sendo que de 364 processos tramitados no primeiro semestre de 2025, 169 encontravam-se ativos em 31.12.2025. -----

-----Quando analisamos a problemática sinalizada, torna-se evidente um dado estrutural: a maioria das situações está associada à exposição a contextos que comprometem o desenvolvimento e o bem-estar - nomeadamente violência doméstica e consumos aditivos, com 180 sinalizações, seguidas da negligência com 83 sinalizações. -----

-----Só depois surgem os comportamentos assumidos pelas próprias crianças que colocam em risco o seu percurso. -----

-----Este dado é fundamental: na maioria dos casos, o problema não começa na criança. Começa no contexto. Começa no ambiente familiar, social e relacional em que ela cresce. -----

-----Para compreender esta realidade, importa enquadrá-la num horizonte mais amplo. A Convenção sobre os Direitos da Criança, adotada em 1989 e ratificada por

Portugal em 1990, marcou uma mudança histórica: a criança deixou de ser vista apenas como objeto de proteção para ser reconhecida como sujeito de direitos. Assenta em quatro princípios estruturantes - não discriminação, interesse superior da criança, direito à vida e ao desenvolvimento e direito à participação - que hoje constituem o referencial ético e jurídico da nossa ação.-----
-----A Convenção oferece-nos o quadro normativo.-----
-----A Lei de Proteção dá-nos instrumentos concretos.-----
-----Mas os relatórios recordam-nos que os desafios permanecem exigentes. ---
-----Vivemos num tempo de mudanças aceleradas, relações fragmentadas e crescente individualismo. A fragilização da supervisão parental é um fenómeno que não podemos ignorar. Muitas crianças perderam rotinas estruturantes: horários consistentes, refeições partilhadas, tempo de convivência familiar. A rua - espaço tradicional de socialização - foi substituída pelo quarto fechado. E dentro desse quarto, mediado por ecrãs, nem sempre sabemos o que se aprende, o que se consome ou o que se sofre.-----
-----A dependência digital, quando desacompanhada de presença adulta consistente, torna-se um fator de risco. A liberdade sem orientação transforma-se em ausência. E a ausência prolongada converte-se em distância afetiva.-----
-----Também a dinâmica familiar se alterou profundamente. Em muitas casas escasseiam momentos de diálogo estruturante. A conversa tornou-se breve, fragmentada, muitas vezes substituída por mensagens rápidas. Falta tempo para estar, para escutar, para educar com proximidade. E quando falta tempo, falta construção.-----
-----Permitam-me sublinhar algo essencial: nós, adultos, não nos podemos demitir das nossas responsabilidades.-----
-----Educar exige presença, coerência e coragem. Exige saber dizer “não” — um “não” explicado, ajustado à idade, que ensina limites e protege. O limite não é ausência de afeto; é expressão de cuidado. Proteger não é ceder sempre; é orientar com firmeza e humanidade.-----
-----Temos de conversar sobre as crianças e com as crianças. Não basta decidir por elas; é necessário escutá-las e envolvê-las. O direito à participação começa na família, na escola, na comunidade. Começa na mesa partilhada, no tempo dado, na escuta verdadeira.-----
-----Recordo um escritor brasileiro Neimar Ramos com um poema “Não tenho tempo”. Ao longo do texto, o autor repete que não tem tempo para conversar, para

mudar pequenas coisas, para estar. Está sempre absorvido pelo urgente. Até que percebe, tarde demais, que já não houve tempo para mudar nada. A infância não espera. Não se repete. Não regressa. -----
-----Podemos recuperar muitas oportunidades na vida. Mas não recuperamos os primeiros anos de uma criança. -----
-----Por isso, proteger a infância é também uma decisão de prioridade política e moral. - -----
-----Não poderia terminar sem evocar uma figura maior da justiça portuguesa: Álvaro Laborinho Lúcio (1941–2025). Jurista, magistrado, escritor e político, uniu o Direito a uma ética profundamente humanista. Recordo as suas intervenções serenas e firmes, lembrando-nos que a lei só cumpre a sua missão quando é aplicada com humanidade. Que uma criança nunca é apenas um processo — é uma vida em construção. -----
----- Senhor Presidente da Assembleia Municipal, Pedro Cunha, -----
----- Senhor Presidente da Câmara, Jorge Ricardo, -----
----- Senhoras e Senhores Deputados Municipais, -----
----- Temos a Convenção. -----
----- Temos a Lei. -----
----- Temos dados, conhecimento e instrumentos. -----
----- O que não podemos perder é o compromisso. -----
----- Mas assegurar os direitos de uma criança é mais do que aplicar normas — é reconhecer dignidade, agência e presença no mundo. -----
----- Como nos recorda Manuel Jacinto Sarmento, as crianças são sujeitos sociais plenos, produtores de cultura e de sentidos, e não meros adultos em formação. Esta visão obriga-nos a ir além da proteção formal. Obriga-nos a criar contextos onde cada criança possa crescer com segurança, participar com voz própria e desenvolver-se com esperança. -----
----- A defesa dos direitos da criança não é apenas uma obrigação legal - é um compromisso civilizacional. Mede a qualidade da nossa democracia e a solidez dos nossos valores. -----
----- O futuro não começa quando as crianças forem adultas. -----
----- O futuro constrói-se agora. -----
----- Por isso, termino com um desafio a todos os presentes: que cada um de nós leve daqui uma mensagem positiva, mas que essa mensagem não fique apenas nas palavras. Que se traduza nas nossas ações diárias, nas decisões que tomamos, no

tempo que dedicamos, na atenção que damos, na coragem com que intervimos quando é preciso. -----

-----Porque os direitos das crianças não se garantem apenas nos relatórios. Garantem-se na prática concreta de cada dia. -----

-----E é nessa responsabilidade partilhada que começa verdadeiramente o futuro.” -----

-----**O Senhor deputado Cândido Zoio, do Grupo Municipal do PS, proferiu a seguinte intervenção:**-----

-----“Depois desta intervenção muito ativa e viva do meu colega Paulo Vasconcelos, pouco mais tenho a acrescentar relativamente ao funcionamento da CPCJ. Há, no entanto, um aspeto que depende diretamente desta Assembleia Municipal e que importa aqui sublinhar. -----

-----Em dezembro do corrente ano iremos eleger novos membros para a Comissão Alargada da CPCJ. O Senhor deputado Paulo Vasconcelos já integrou a CPCJ e eu próprio também lá estive, na qualidade de representante do Ministério da Educação, e sabemos bem que uma das dificuldades, que por vezes se verificava está relacionada com algumas das pessoas designadas por esta Assembleia Municipal para integrar a comissão, que infelizmente acabavam por não comparecer de forma reiterada. -----

-----Por isso, deixo apenas um apelo: que haja responsabilidade na indicação dos novos membros por parte dos grupos municipais, para posterior votação nesta Assembleia — eventualmente até numa lista conjunta, como é habitual — mas que sejam escolhidas pessoas com disponibilidade, responsabilidade e sensibilidade para esta missão. -----

-----A CPCJ só funciona verdadeiramente se a primeira linha funcionar. E é essa primeira linha de intervenção que deve atuar para que, no futuro, possamos ter menos casos ativos. -----

-----Uma outra questão que também me preocupa é a reabertura de processos que já tinham sido arquivados. Muitos deles acabam por ser remetidos para os tribunais e, a partir daí, perdemos muitas vezes o acompanhamento direto das situações.-----

-----Por isso, é fundamental preservar e reforçar esta primeira linha de intervenção, através de um trabalho contínuo que envolve as juntas de freguesia, as escolas, os bombeiros e as autoridades policiais - estas últimas, aliás, têm evoluído

muito positivamente nesta área, nomeadamente na sinalização de situações de violência doméstica ou de violência em contexto familiar. -----

-----Assim, reforço este apelo, também enquanto antigo membro da CPCJ, nas diversas funções que ali desempenhei: que esta Assembleia Municipal tenha a capacidade e o discernimento de escolher pessoas que reúnam as condições necessárias para desempenhar bem esta responsabilidade.” -----

----- **O Senhor deputado Paulo Vasconcelos, do Grupo Municipal do PSD, proferiu a seguinte intervenção:** -----

-----“A observação do Senhor deputado Cândido Zoio é verdadeira. De facto, costumo dizer que quando assumimos um compromisso, assumimo-lo em plenitude. Portanto, também faço este apelo, subscrevendo estas palavras, no sentido de não estar a apostar em pessoas que não consigam cumprir com aquela obrigação. -----

-----A não ser que haja um problema de saúde ou outro de força maior, naturalmente. Eu próprio também posso ter faltado, mas por motivos devidamente justificados. -----

-----Não estou a falar de todas as pessoas, apenas digo que quando assumimos um compromisso destes, temos de honrá-lo. E, por isso, quando fizerem estas escolhas devem ter isto em atenção. -----

-----Enquanto ex-membro da CPCJ faço daqui este apelo, que indiquem pessoas capazes de assumir este compromisso e que sejam sensíveis para esta realidade.” -

----- **O Senhor Presidente da Câmara Municipal, Jorge Ricardo, proferiu a seguinte intervenção:** -----

-----“Não tendo a mesma propriedade para falar desta matéria como aqueles que me antecederam - o Senhor deputado Paulo Vasconcelos e o Senhor deputado Cândido de Zoio — deixem-me, ainda assim, partilhar convosco um testemunho pessoal. Confesso que também não tinha um conhecimento profundo desta realidade, até assumir funções como vereador com o pelouro da Ação Social. Foi, diria mesmo, um verdadeiro choque. Todas as quartas-feiras participava nas reuniões da CPCJ e pude perceber uma realidade que muitas vezes nos passa ao lado, mas que nos deve fazer refletir profundamente. -----

-----Perguntamo-nos como é possível que, depois de anos e anos de investimento e acompanhamento, continuemos a encontrar situações em que os pais ou os avós também foram acompanhados, e ainda assim não conseguimos retirar algumas crianças de determinados contextos problemáticos. Falo, por exemplo, da violência doméstica - que continua a ser o motivo mais frequentemente sinalizado - mas

também de outros casos relacionados com comportamentos desviantes de crianças e jovens. -----

-----Por isso mesmo, considero que as CPCJ devem merecer uma reflexão profunda e, eventualmente, uma reformulação do seu modelo de funcionamento.---

-----Para terem uma ideia, a nossa CPCJ funciona com uma presidente praticamente dedicada a tempo inteiro e com mais uma ou outra técnica. Depois existem representantes de várias entidades: um elemento indicado pela Segurança Social, que participa uma vez por semana; um representante da área da Saúde, também com presença semanal; e ainda um elemento designado pelas IPSS. -----

-----Aproveito aqui para deixar uma palavra de reconhecimento às IPSS, em particular à Associação Bem-Estar, que tem disponibilizado gratuitamente um técnico nos últimos anos. -----

-----Por parte do Município, são também disponibilizadas duas técnicas, que colaboram durante alguns dias por semana. No entanto, permitam-me dizê-lo com toda a frontalidade: aqui falha o papel do Estado, que deveria ser mais ativo e mais interveniente, garantindo uma equipa permanente que assegurasse um acompanhamento contínuo destas situações. -----

-----A questão da escolha dos elementos da comissão alargada, que aqui foi referida, é importante. Mas, na minha opinião - e peço desde já desculpa pela franqueza - não é a questão mais determinante. As reuniões da comissão alargada acontecem esporadicamente. Idealmente deveriam realizar-se mensalmente, mas sabemos que muitas vezes isso não acontece.-----

-----Além disso, existe a limitação do tempo que cada pessoa pode disponibilizar e também a necessidade de conhecimento específico em matérias que são extremamente sensíveis. -----

-----Por isso, creio que devemos caminhar no sentido que já foi apontado pela Comissão Nacional: a criação de equipas permanentes, com profissionais dedicados, capazes de desenvolver uma intervenção muito mais próxima e eficaz, para que possamos reduzir o número de crianças acompanhadas.-----

-----Os municípios têm vindo a contribuir nesse esforço. E devo dizer que o Município de Amarante, embora reconheça que nunca é suficiente, tem sido um bom exemplo. E não falo apenas dos últimos quatro anos — historicamente, Amarante sempre teve esta preocupação de apoiar a CPCJ e de dar um contributo significativo. -----

-----Existem municípios onde nem sequer há uma viatura disponível de forma permanente para este trabalho. Comparativamente, estamos numa situação mais

favorável. Ainda assim, por vezes não é suficiente. Quando falamos em cerca de 140 processos ativos, estamos a falar de 140 crianças que estão a ser acompanhadas. E isso, por si só, deve preocupar-nos a todos. -----

-----Para terminar, gostaria ainda de referir um programa muito importante que está agora a ser desenvolvido, patrocinado pela Fundação Calouste Gulbenkian: o programa Gulbenkian Aprender, que escolheu o território do Tâmega e Sousa para implementar esta iniciativa. Por um lado, isso deve fazer-nos refletir, porque significa que existem indicadores que não são os melhores. Mas, por outro lado, é também uma oportunidade extraordinária. -----

-----Estamos a falar de um programa com um valor global de 35.000.000€, destinado a apoiar alunos com bom desempenho escolar, mas com dificuldades económicas. O objetivo é acompanhar estes jovens ao longo do seu percurso académico, proporcionando-lhes oportunidades que, de outra forma, não teriam. ---

-----Falamos de formação em inglês, *bootcamps*, viagens de estudo, contacto com diferentes realidades e experiências internacionais. A ambição é clara: ajudar estes jovens a chegar mais longe, a concluir um curso superior e a tornarem-se exemplos positivos para a sociedade. -----

-----No nosso caso, foram selecionados três alunos, indicados pelo Agrupamento de Escolas Amadeo de Souza-Cardoso e pelo Agrupamento de Escolas Teixeira de Pascoaes. No conjunto da CIM do Tâmega e Sousa são cerca de 150 alunos e nós estamos, sensivelmente, dentro da média.-----

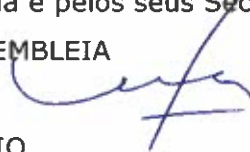
-----Já houve uma primeira grande apresentação do programa e podemos dizer que, para estes alunos, saiu verdadeiramente a «sorte grande». -----

-----Agora, o mais importante é que estas crianças consigam aproveitar plenamente esta oportunidade e cumprir os objetivos deste programa.” -----

-----Nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal deu por encerrados os trabalhos, quando eram vinte e três horas e cinco minutos.--

-----Da presente reunião foi lavrada esta ata, que, depois de lida e aprovada, por unanimidade, na sessão ordinária de 29.04.2026, vai ser assinada pelo senhor Presidente da Assembleia e pelos seus Secretários. -----

O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA



O PRIMEIRO SECRETÁRIO

Carlos Marques da Silva Macedo

A SEGUNDA SECRETÁRIA

Cláudia Daniela Neta Silva